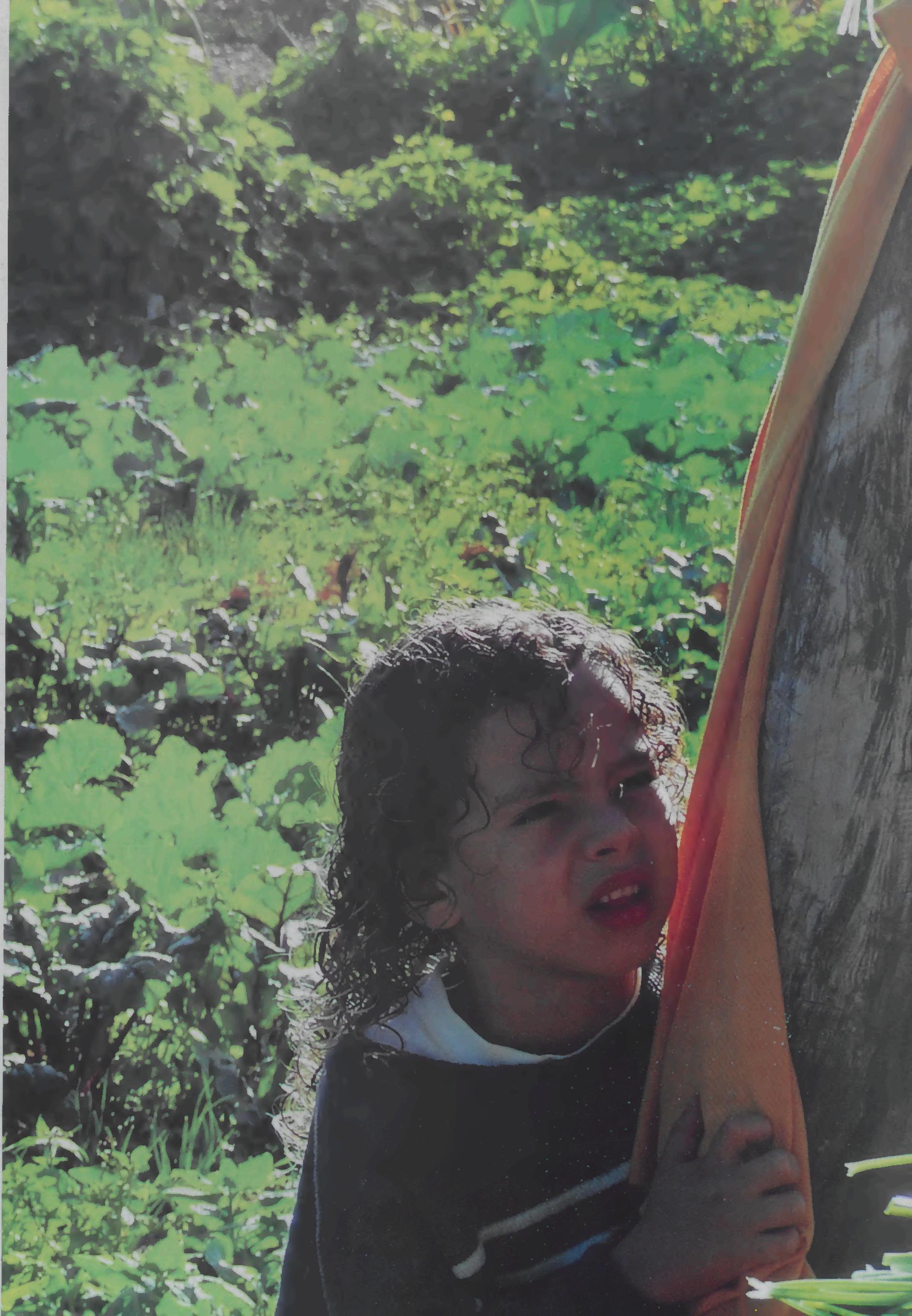


3x4 terra



Não é um panfleto

Wladimir Ungaretti

Em seguida à definição do tema, estabeleci, na condição de jornalista que exerce a função de professor, o objetivo de repassar o maior número de vezes possível algumas idéias. Para atingir este objetivo, iniciei cada encontro semanal apresentando uma razoável soma de informações não só referentes ao tema "terra", mas sobre várias outras questões relativas ao jornalismo. O primeiro alerta foi o de que não poderíamos transformar o tema em objeto de um grande panfleto. Este objetivo foi entendido e, ao final, o 3x4 que esta turma disponibiliza aos estudantes da Fabico não é um panfleto. O jornal não foi construído permeado por uma visão ideológica dos temas.

Por outro lado e paradoxalmente, não recomendei em nenhum momento que deveriam fazer um jornalismo isento. Bem ao contrário, estimei, em todas as oportunidades, que deixassem transparecer em suas matérias o respectivo "olhar". Estive sempre norteado por uma visão de jornalismo expressa por Mino Carta, a de que somos subjetivos até na colocação da vírgula. E, no entanto, a fidelidade à verdade

factual é a alma do fazer jornalístico, além de uma absoluta vigilância do poder e de um ácido espírito crítico.

Além da sensibilidade para escolher uma temática e as respectivas pautas, é preciso contar com um pouco de sorte. Um jornal laboratório, realizado em um semestre, com encontros semanais, está sempre ameaçado pela "falta de atualidade", mesmo sendo mais "arrevistado". Os episódios de Brasília, com a invasão do Congresso, por militantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) não só evidenciou o quanto é grave a situação fundiária do país, como torna esta edição da máxima atualidade.

Mais uma vez, e não por uma atitude formal, tenho que agradecer a esta turma por ter me mantido "vivo" em um ambiente cada vez mais distante de um jornalismo que tenha o sentido tradicional da profissão, subversão. Com todas as limitações a que estamos submetidos, este 3x4 Terra faz com que o grupo demonstre um razoável esforço, na perseguição deste sentido tradicional e histórico. Mesmo que em doses homeopáticas não vivo sem utopias.

Da terra viemos...

Comissão Editorial

Escolher o tema deste 3x4, mais do que uma opção do grupo, foi praticamente uma imposição dos fatos. Logo no início do semestre, a invasão da fazenda Coqueiros por integrantes do MST, a polêmica destruição do laboratório da Aracruz por mulheres da Via Campesina, junto com as questões sócio-ambientais levantadas por esses movimentos exigiram atenção. A cobertura da mídia, porém, mostrou-se tendenciosa para o lado dos produtores e empresários, não dando espaço igual para os as entidades e grupos de protesto. Oferecer um contraponto a esse posicionamento nos fez decidir por falar sobre a terra.

Este jornal, porém, não se trata de um manifesto de pessoas de esquerda, tanto porque inexistente uma visão política única dentro de nossa turma. Nosso empenho foi direcionado na busca por fontes diferenciadas, que falassem de dentro do grupo

ou organização foco de cada matéria. Apresentamos a versão de quem, em geral, não recebe espaço pra falar abertamente. Existem neste 3x4 denúncia e indignação, mas também descobertas e poesia. Fizemos um jornalismo que honra sua função, que resgata fatos do passado para iluminar o futuro, que sai a campo e se entrega totalmente na produção da reportagem.

Realizamos ainda uma desmistificação e releitura do tema escolhido. A terra não é, mesmo nos dias difíceis de hoje, apenas palco de conflitos e disputas, como estamos habituados a ver e ouvir. É, muito mais do que isso, um meio de vida para muitas pessoas, de onde elas podem ver a vida nascer e crescer. Por isso o destaque para as crianças: elas são símbolo da renovação, da esperança que brota da terra e faz mudar as paisagens, mostrando que nada é eterno e, por isso mesmo, tão precioso.

...a ela retornaremos



3por4 - fabico.ufrgs - 2006/1 - jornal laboratório dos estudantes de jornalismo | Redação IV

redação - Ana Luiza Petry, Angelo Adami, Cristiane Pletsch, Danielle Salmória, Débora Lapa, Elis Martini, Gabriel Pillar, Glauber Gonçalves, Igor N. Vieira, Janaína Kalsing, Juliano Tatsch, Leandro Oliveira, Leonardo Lara, Letícia Pakulski, Luiz Linch, Marcelo Allgayer, Mariane Schlindwein, Patrícia Benvenuti, Sandra Denardin, Vanessa Borsato, Vicente Fonseca

conselho editorial - Débora Lapa, Patrícia Benvenuti, Luiz Linch, Marcelo Allgayer

revisão - Elis Martini, Gabriel Pillar, Glauber Gonçalves, Igor N. Vieira e Janaína Kalsing

projeto gráfico - Gabriel Pillar

coordenação - Wladimir Ungaretti

Porto Alegre, Outono 2006



3x4 entrevista Dom Tomás Balduino

reportagem Janaína Kalsing e Patrícia Benvenutti

Há 40 anos, um goiano de voz firme e terna assumia a defesa de povos indígenas e trabalhadores rurais oprimidos pela regime militar, como padre em Conceição do Araguaia (1965 a 1967). Hoje, Dom Tomás Balduino, 82 anos, é um dos maiores defensores no país da reforma agrária como condição essencial para promover a justiça no campo. Filósofo e teólogo com pós-graduação em Antropologia e Lingüística, o presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia o agronegócio - “fruto de uma devastação nacional” - e alerta para o “agrohidronegócio”.

Em entrevista concedida de Goiânia (GO), por telefone, o bispo enfoca a descrença na política institucional, o agronegócio e sua longa trajetória missionária, iniciada na área indígena no Pará.

3x4 - Qual a origem da Comissão Pastoral da Terra?

A origem da CPT se deu em 75, em plena ditadura militar. Foi em consequência da repressão militar sobre os trabalhadores rurais do campo, sobrando repressão também para os agentes de pastoral que, naturalmente, acompanham todo esse pessoal nas comunidades eclesiais de base, que os bispos e os superiores começaram a se preocupar com essa situação. Além disso, Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix, ao assumir o pastoreio daquela igreja, lançou uma carta à pastoral, “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”. Foi uma carta de grande impacto e já começou a criar um clima de preocupação em relação à situação do campo. Uma ditadura em que a Amazônia era como que “a menina dos olhos”, o “filé mignon” em vista de um projeto econômico em favorecimento das grandes empresas do sudeste, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Paraná, sobretudo incentivos na aquisição das terras da Amazônia. O projeto do presidente Médici era levar o povo sem terra para a

terra sem povo, do Nordeste para a Amazônia. Então, a CPT nasceu não de criar um movimento cristão, mas como uma pastoral a serviço de toda e qualquer organização rural a serviço dos trabalhadores rurais e trabalhadoras, o pessoal ligado a terra e às águas. Foi assim que nasceu a Comissão Pastoral da Terra, e ela continua até hoje da mesma forma. E, graças a isso, os diversos movimentos, apesar da ditadura, sob a cobertura da Igreja, foram se consolidando, devagarinho. Muitos deles nascidos dentro da própria comunidade eclesial de base, como o MST, e sentindo da parte da Igreja todo o apoio, na linha de criar uma opinião pública favorável a eles, para mostrar que não são bandidos, invasores e baderneiros, e levando adiante um processo de releitura da palavra de Deus e da Bíblia, no sentido da libertação.

3x4 - O senhor está desde o início?

Sim, eu sou co-fundador e estou na hierarquia. Primeiro como prelado, dois anos no Pará na área indígena, em 65 e 66, e depois, em 67, bispo da cidade de Goiás, antiga capital do estado, durante 31 anos. Evidentemente, peguei todo o período militar.

3x4 - Como funciona a CPT?

Essa comissão é uma verdadeira pastoral, nascida mesmo de dentro da Igreja, e tem um caráter samaritano, de socorrer e apoiar os caídos, tanto agentes de pastoral quanto trabalhadores e trabalhadoras rurais. Evidentemente, só a Igreja poderia fazer essa proposta naquele tempo de repressão porque era respeitada. Mesmo assim, a coisa não foi tranqüila. Mas foi fundada como um organismo leve, não uma instituição pesada. Informal, ligada à Conferência dos Bispos, e pastoral, no sentido de ser um serviço a partir da fé. Mas não se criou uma organização cristã dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Foi um apoio às organizações deles. Nós estávamos, aí, no Pós-Concílio do Vaticano II e depois da Conferência de Medellín, que ouviu a opção preferencial pelos pobres.

3x4 - Qual era o principal objetivo?

O objetivo fundamental era o apoio aos grandes projetos de pecuária, madeiras e hidrelétricas na Amazônia. Então, isso começou a criar conflitos com as populações indígenas e as populações posseiras, porque as terras eram vendidas no mapa, sem consideração a quem habitava ali há tempos imemoriais, como os índios, e de longa data, como os próprios posseiros, tendo aquela terra como terra de sobrevivência. Então o bispo de São Félix levantou essa problemática. Além do mais, independentemente desse projeto de incentivo fiscal na Amazônia, favorecendo grandes empresas, o governo militar começou uma caçada às organizações do campo. Nós soubemos posteriormente, por estudos de historiadores e sociólogos que, no fundo, o objetivo do golpe militar era, em grande parte, quebrar a espinha de toda a organização do campo, porque através do campo eles acreditavam que entraria o comunismo internacional. Daí a

as mínimas e pequenas organizações de trabalhadores. Isso deu origem a essa preocupação na Igreja, a ponto de alguns bispos se reunirem para ver que caminho tomar. E o caminho que foi tomado foi a criação de uma Comissão Pastoral da Terra.

3x4 - Como é o relacionamento da Igreja com os pobres?

A Igreja assume os pobres de uma forma diferente. A Igreja sempre ajudou os pobres, teve obras de misericórdia no passado. Mas após Vaticano II e, sobretudo, após essa Conferência de Medellín, o relacionamento da Igreja com os pobres mudou. Foi um relacionamento de reconhecer neles a condição de sujeito, não de objetos da nossa ação. Respeitados como protagonistas de sua própria luta. Mesmo em tempos de repressão, em tempos de clandestinidade, a Igreja compreendeu que ajudar o caído hoje, ser o bom samaritano, é levantar esse povo do campo para que ele, amanhã, de pé, pudesse levantar outros companheiros.

3x4 - Quais as principais dificuldades dessa luta em defesa dos mais pobres, dos índios e dos sem-terra?

É uma luta difícil, porque eles estavam na mira do sistema repressor. Eu fiz referência à ditadura militar, o Ato Institucional 5, que dava todo o poder aos generais do governo, sem nenhuma apelação contra quem aparecia como subversivo, qualquer reunião. E a CPT só poderia se organizar a partir de encontros. A primeira reunião da CPT foi toda vigiada, à distância. O pessoal, quando tomou a comunhão para voltar para suas bases, foi todo seqüestrado. Os documentos foram recolhidos pelos militares. Foi nesse clima que se criou a CPT, que conta com vários mártires, pessoas que foram assassinadas pelo poder público. Além dos assassinatos a partir dos detentores do poder econômico, de latifundiários, isso foi uma constante. Nós temos um martirologio bem extenso. Eu cito o caso muito recente, isso não é coisa do passa-

“Há um medo por parte do governo de ferir os interesses dos grandes grupos econômicos. Com isso, a reforma agrária não caminha.”

do. A irmã Dorothy [Stang], que foi assassinada em Anapu faz um ano, justamente por defender a organização dos trabalhadores na Amazônia.

3x4 - O caso Dorothy Stang já está resolvido?

Está no seguinte pé: foram condenados os dois pistoleiros, está sendo processado o intermediário e depois será levado a júri. E, depois, os dois principais mandantes. Esse intermediário ainda não foi a júri, nem os mandantes. Até agora, só os pistoleiros que foram condenados.

3x4 - Qual a comparação que a Igreja faz da luta pela terra nas décadas de 70 e 80, especialmente no norte do país, e agora, que o MST deu uma trégua ao governo Lula?

“O modelo exportador é um modelo primitivo, do tempo do Brasil Colônia.”

As circunstâncias evoluíram, mas a luta continua. Há uma mudança e uma expectativa com

relação ao governo Lula, mas com bastante decepção por parte das organizações populares do campo. A reforma agrária vai devagar. A própria desapropriação, que é proposta pela Constituição, transformou-se em compra da terra. Banco da Terra, Cédula da Terra. Ao invés de desapropriação, porque o país é pobre, não pode comprar todas as terras para fazer reforma agrária. A Constituição criou o sistema de desapropriação, terra improduti-va pode ser desapropriada. Mas isso não se faz. Há um medo por parte do governo de ferir os interesses dos grandes grupos econômicos. Com isso, a reforma agrária não caminha. Há um pouco de falta de recursos para a reforma agrária. Há pouco saiu o dado de 1 milhão de pessoas acampadas, debaixo da lona, quando a prioridade anunciada por esse governo seria cuidar dos acampados. Um milhão de acampados! Sabemos que o governo vai chegar ao fim com 1 milhão de acampados esperando reforma agrária. Há poucos dias, saiu um pacote de 75 bilhões para o agronegócio, e começaram a bloquear as estradas e cobrar recursos por parte do governo para rolagem da dívida que eles têm, são dívidas astronômicas. Setenta e cinco bilhões!

3x4 - E para a reforma agrária, como fica?

É pingado, é minguido, é restrito. Se antecipa o pagamento da dívida externa, mas se atrasa o processo da reforma agrária, que exige acompanhamento dos assentados, com infra-estrutura de escola, de saúde, de circulação de área, de mercado, etc. Porque a reforma agrária, evidentemente, tem a desapropriação, o assentamento, mas também tem a reforma agrícola, que cria condições para que o trabalhador possa viver dignamente. E não sair da favela de uma cidade e ir para uma favela no campo.



3x4 - O senhor dizia que o latifúndio está mascarado de agronegócio e é fonte de conflitos no meio rural. Como a Igreja vê isso?

O agronegócio se apresenta sob a forma de produção para exportação. É calcado sobre o modelo exportador, um modelo primitivo, do tempo do Brasil Colônia. E isso, de alguma forma, é prejudicial ao Brasil porque é a monocultura. Exatamente como no tempo da Colônia. Era a monocultura da cana, para produzir o açúcar. Hoje, é para produzir álcool. Em seguida, o eucalipto para a celulose, a soja para o gado da Europa, do Primeiro Mundo. Isso tem arrasado com a biodiversidade, com o meio-ambiente. Tem arrebatado nossa terra. Oitenta por cento do Cerrado já está comprometido. Além das pastagens, que já existiam, agora as grandes extensões de plantio de soja. Isso começou no governo Geisel, em um convênio com o Japão, financiando a produção já que precisaria de um território do tamanho do Japão, mas coberto por soja. É o que está acontecendo. O envenenamento da terra, a desertificação.

3x4 - Existem problemas sociais inerentes ao agronegócio?

Há vários, um deles é o desem-

prego. Aqui na região [Goiás], um fazendeiro comprou 16 grandes colheitadeiras e dispensou 2 mil pais de família, que trabalhavam na sua terra. Outra coisa que sucede é a violência. No nosso caderno de conflitos da CPT, no de 2005, se constata que onde floresce o agronegócio é maior a violência. Onde se esperaria mais democracia e humanidade, já que é o pessoal do saber e do ter, é maior o número de crimes contra os que demandam a terra de viver e de trabalhar. Além disso, há também a questão da água, muito séria. Porque o agronegócio é "agrohidronegócio".

3x4 - E qual a relação da questão da água com o agronegócio?

Não é só a exploração da terra, é a exploração da água. A própria agricultura irrigada exige 75% da água que é sugada e esparzida. Grande parte é evaporada. Certo é que o grão, quando vai exportado, apresenta nosso húmus e a nossa água. Representa também o trabalho escravo. A cana-de-açúcar é terrível, que é uma relação com o trabalho forçado. O pessoal tem

competido no seu trabalho, nos canaviais, com as grandes máquinas de corte de cana. O trabalhador, o nordestino, migrante, tem que competir para poder ser admitido no serviço. O resultado é a cãibra, a doença, a morte por inanição. É o que sobra do ponto de vista social. Além disso, o agronegócio é concentrador. Se fosse um dinheiro, uma divisa que entrasse e fosse distribuída como distribuição de renda, que é o ideal, que o governo propalou, fez como propaganda de eleição. Mas é conservador, concentra nas mãos de poucos o resultado e o fruto de uma devastação nacional. Essa devastação começou pelo Cerrado, já está entrando no Pantanal e na Amazônia, sobretudo através da Cuiabá-Santarém, corredor da soja.

3x4 - As autoridades estão envolvidas de alguma forma na situação de violência em que se encontra o campo?

Quando há violência, a autori-

"O trabalhador, o nordestino, migrante, tem que competir para poder ser admitido no serviço. O resultado é a cãibra, a doença, a morte por inanição. É o que sobra do ponto de vista social."

dade entra em cena. A CPT tem um levantamento estranho e curioso. Temos contabilizado cerca de mil assassinatos de trabalhadores rurais. Desses mil assassinatos, apenas 70 processos entraram na Justiça. Desses 70 processos, apenas 14 pistoleiros condenados e apenas 7 mandantes condenados. Quer dizer: quase mil, sete mandantes condenados. Um Judiciário que é parcial, que se coloca do lado do agronegócio. Muitas vezes, as liminares são dadas diante de papéis de grilagem contra os ocupantes. No começo deste ano, o Supremo confirmou uma liminar de despejo de índios guarani-caruá do Mato

Grosso do Sul. O fazendeiro entrou na aldeia, destruiu as casas e as plantações dos índios. Os donos da terra, que são os índios de lá, agora são despejados. Aconteceu também no Nordeste, na Usina Prado. Trabalhadores rurais que já ocupavam a terra há sete anos, já tinham plantações importantes e produziam para cinco feiras da região, veio uma liminar de despejo e foram colocados fora, com o cuidado de arrasar tudo. Casas e plantações. Em um país onde há fome e o governo procura falar em Fome Zero, vêem-se fenômenos de destruição da plantação dos pobres em favor de um título de terra, talvez duvidoso, de uma determinada empresa, as vezes um casal sem filhos.

3x4 - Segundo o professor de geografia da USP, Ariowaldo Umbelino de Oliveira, há no Brasil 200 milhões de hectares de terras devolutas, ou seja, não tituladas. São terras públicas que não pertencem ao Estado. Somente o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) possui 59 milhões. Os empresários e outros grupos estão na corrida por estas terras. Como fica a situação dos indígenas?

A Constituição sugere o processo discriminatório, ou seja, verificar a titularidade da terra. O certo é que muitos conflitos que se dão no campo e a repressão sobre trabalhadores e trabalhadoras rurais e até sobre os índios são conflitos em áreas que nós chamamos de griladas. Quer dizer: o proprietário avança sobre aquela área a partir de documento falso. Caberia ao Estado fazer a discriminatória, e isso é uma exigência legal, de lei. Só que muitos impedem até de a vistoria entrar na propriedade. Barram os próprios agentes! São tão arrogantes que isso tem acontecido. E da parte do governo não há vontade de fazer essa discriminatória. Então, haveria uma reforma agrária, pelo

“Mil assassinatos de trabalhadores rurais, apenas 7 mandantes condenados. Um Judiciário que é parcial, que se coloca do lado do agronegócio.”

menos a primeira parte da reforma agrária, que é a desapropriação, estaria garantida por muito tempo para abrigar as 4 ou 5 milhões de famílias sem-terra do Brasil. O governo, não querendo fazer essa discriminatória e não querendo enfrentar os pretensos donos da terra, parte para a compra da terra para o crédito fundiário, uma maneira de encobrir a coisa feia que é a compra da terra para fazer reforma agrária. Isso é anticonstitucional, é contra o espírito da Constituição, que criou a desapropriação justamente podendo a terra ser paga a longo prazo, podendo se fazer a reforma agrária tranqüilamente. O país não tem dinheiro suficiente para fazer uma reforma agrária se for comprar a terra a preço de mercado conforme o crédito fundiário propõe. Isso aparece toda hora na propaganda, quer dizer, o pequeno proprietário pode ser dono de sua terra, ampliar o crédito fundiário. É a compra da terra, quando poderia haver o processo de desapropriação.

3x4 - Como atingir a opinião pública para a causa da terra, se são as elites que detêm os meios?

A opinião pública da grande imprensa é preconceituosa com relação à luta dos sem-terra. Isso está ligado a uma ciência equivocada da propriedade da terra em que se vê a propriedade da terra como um valor absoluto, e não se olha o valor social da propriedade, que aliás é uma conquista da nossa Constituição de 88, que não é uma constituição avançada, sobretudo com relação à problemática da terra. Ela sofreu muitos entraves por parte do Centrão e da UDR, que estava muito bem colocada naquela face da Constituinte. Mas o fato das ocupações de terra, por exemplo,

pelos organizações de trabalhadores, são sempre vistas como crime, baderna, crime

organizado. Sai assim na grande imprensa. Quando a própria Justiça, o próprio Superior Tribunal de Justiça considerou não como um crime, mas como uma forma de pressionar o governo para que faça a reforma agrária. Um governo que não desapropria a terra diante da força do poder econômico latifundiário. Então, o único caminho adotado pelos sem-terra, organizados pelos movimentos do campo, movimentos populares da terra, foi a ocupação da terra.

3x4 - Trata-se de uma tentativa dos sem-terras de levar a democracia ao meio rural?

É um patriota que está levando a democracia para o campo. É lugar também da democracia, porque a democracia é partilhar a terra, partilhar o pão, e o agronegócio não visa a mesa do brasileiro. São os pequenos produtores, é a estatística oficial que diz que 70% daquilo que vem à mesa é produção de pequenos proprietários. Não é do agronegócio, não é da grande produção de exportação. O pessoal não come soja, nem cana, nem eucalipto. Isso mostra como a opinião pública, muitas vezes, é equivocada. Os próprios juízes têm dificuldade de assimilar a função social da propriedade. Eles decidem o despejo olhando papéis, muitas vezes papéis falsos, envelhecidos artificialmente para parecerem antigos sobre aquilo. Poderia ir lá ver as famílias que estão sobre a terra. As crianças, os doentes, os idosos. O pessoal que está procurando a terra de viver e trabalhar é gente que não quer ficar com a do grande fazendeiro. Quer a terra da sobrevivência e, sobretudo, a terra da convivência. Isso apareceu para nós, da CPT, no convívio com esses trabalhadores, o mesmo no Conselho

Indianista Missionário, no convívio com as populações indígenas. Esse pessoal tem a mística da terra.

3x4 - Como funciona a mística da terra?

A terra não é uma coisa de se sugar até ficar como uma laranja murcha. A terra precisa de reviver, a produção precisa de sustentabilidade, e não arrasar o solo para produzir por produzir, estimular o consumo para produzir mais. A filosofia de vida dos povos indígenas, a mística deles, a filosofia de vida dos trabalhadores é a convivência com a

Mãe Terra. Com as águas, os peixinhos, com as aves, com os animais, com as plantas de toda espécie e de toda a natureza. Na

variedade e na pluralidade, e não na monocultura ditatorial de um mercado. Essa é a nova visão, que significa algo mais do que a terra, porque a terra não é só o pedaço de chão delimitado e marcado para viver ou então território do povo indígena. Terra é, afinal de contas, como a luta desse povo, é mudança. É dignidade, é democracia. A terra, nesse sentido, é mais do que terra. O pessoal que trabalha na terra e nós, que acompanhamos esses trabalhadores, nós sabemos que a partir da terra vem uma redenção para nosso país no sentido de recuperação do meio ambiente, da saúde, da água boa, do ar puro e do alimento saudável. Nós precisamos confiar nesses nossos irmãos e irmãs brasileiros, que são os verdadeiros patriotas que lutam por um Brasil melhor.

3x4 - É possível fazer uma relação entre a violência urbana e a violência no campo, lembrando dos atentados do PCC em São Paulo?

Isso é um assunto mais da área

urbana, com todas as implicações do crescimento da cidade que é violenta. Um dos argumentos que nós temos em favor da reforma agrária é a descentralização, a descompressão, porque muita gente que está na cidade foi expulsa do campo. Um projeto como esse de agronegócio, que precisa de uma extensão infinita de terra, não sobra lugar para os sem-terra. Para onde eles vão? Vão para as periferias, vão para as cidades maiores. O pessoal está revoltado, está com fome, não tem lugar. A cidade não foi feita para eles, tem dono, como dizem.

“A terra não é uma coisa de se sugar até ficar como uma laranja murcha. A terra precisa reviver, a produção precisa de sustentabilidade, e não do produzir por produzir.”

Então gera todo um processo violento. É fruto de uma situação irracional. Acontece nas cidades do Brasil porque no mundo todo não é assim. Na Europa, as cidades têm limite de habitantes, têm limite de crescimento. Aqui as imobiliárias têm as mãos livres para avançar sobre mais chão. Isso vai gerando o caos inadmissível. Como fornecer água e transporte para milhões? São bairros que explodem. Vai se verificar um por um, é gente que veio da zona rural. Sobretudo a juventude, que é muito ativa, muito viva, fica agitada e cai na droga, cai nas gangues e se enturma. Era gente que tinha uma família e não tem mais. Eu acho que a concepção do Brasil, que é um continente visto sob o prisma do agronegócio, favorece essa violência urbana que acaba sendo incontrolada. As autoridades não sabem como administrar isso porque a estrutura é falha de ultraconservação e vem a ultra-compressão como consequência dessa concentração.

Terra continua sendo problema mundial

reportagem Igor Natusch e Vicente Fonseca foto Gabriel Pillar



A reforma agrária vai muito além das áreas rurais e mesas de debate do Brasil que conhecemos. Demanda mundial, a distribuição justa da terra é pauta em praticamente todo o planeta. Segundo dados do último Fórum Mundial da Reforma Agrária em Valencia, Espanha, cerca de 127 milhões de pessoas estão envolvidas na luta pela terra no mundo. Realizado no final de 2004, o Fórum contou com a presença de 55 ONGs, 54 organizações camponesas e 33 instituições acadêmicas, vindas de um total de 70 países.

A realização de eventos do tipo vem em apoio a uma iniciativa da Via Campesina e da FIAN (Organização Internacional pelo Direito à Alimentação). As duas organizações criaram em 1996 a Campanha Global pela Reforma Agrária, que chegou ao Brasil em 1998. Além de chamar a atenção mundial para o problema agrário em nosso país, a articulação bus-

cava estimular uma retomada da discussão agrícola internacional. É essa a origem de boa parte das ações de protesto no Brasil – como, por exemplo, a destruição de plantações experimentais da Aracruz no Rio Grande do Sul, ocorrida no início de março deste ano.

Em muitas áreas do mundo, os problemas relacionados ao uso da terra remetem aos verificados em nosso país. Harris Putra, ligado à Federação Indonésia dos Camponeses, esteve na metade de março em Porto Alegre e falou sobre a situação na região de Sumatra. Segundo Putra, a plantação de eucaliptos em áreas florestais e a poluição causada por fábricas de celulose são graves problemas para a região. Além disso, ações na área do comércio internacional mantêm vivo o problema, permitindo que países como a Noruega sigam explorando recursos da Indonésia.

Mesmo em países de primeiro mundo a distribuição justa da terra ainda é uma demanda.

Embora a maioria das nações européias tenha adotado suas políticas de reforma agrária antes da Primeira Guerra Mundial, questões como subsídios agrícolas e organismos geneticamente modificados movimentam a agenda nesses países. Um exemplo próximo é José Bové, francês que se tornou quase um símbolo antiglobalização com seus ataques a plantações geneticamente modificadas – um deles durante o Fórum Social Mundial de 2001, contra lavouras da Monsanto em Não-Me-Toque (RS).

Na América Latina, a questão da terra é marcada pelo abandono das políticas agrícolas antes dos resultados almejados. “Quando se adota uma reforma agrária, a intenção é evitar a destruição do campesinato e a concentração fundiária. Entretanto, o desenvolvimento desigual do capitalismo acaba reconcentrando a terra, o que determina a necessidade de uma nova reforma em curto espaço de tempo”, afirma o professor da Universidade do Extremo

Sul Catarinense (Unesc) Bernardo Mançano, em depoimento à página oficial do Fórum Social Mundial.

Entre outros países, México, Bolívia, Costa Rica e Equador adotaram leis de reforma agrária e desenvolvimento no campo, com resultados em geral insuficientes. No Peru, por exemplo, três diferentes leis de Reforma Agrária foram promulgadas entre 1963 e 1969, sendo todas elas revogadas por um decreto em 1991.

Na Venezuela, por sua vez, a nova lei de 2001 revogou a lei agrária de 1960, mas somente a partir de 2005 começou a oferecer resultados. Com a criação de uma comissão nacional, o governo de Hugo Chávez pretende redefinir os critérios de classificação das áreas rurais e dar início ao processo de desapropriações (leia mais na página 9). Apesar de elogiada por entidades como o MST e a Via Campesina, a política venezuelana avançou pouco até o momento, e não há previsão de início efetivo da redistribuição de terra.

Discutindo a luta com GARRA

Estudantes debatem movimentos sociais em reuniões no DCE da UFRGS

reportagem Ana Luiza Petry e Mariane Schilindwein foto Elis Martini

GARRA é sigla para Grupo de Apoio à Reforma Agrária, mas também significa força e determinação. É formado por alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se reúnem em prol dos movimentos sociais, da luta pela terra e de uma universidade voltada para os interesses do povo.

O Projeto de Extensão da UFRGS "Convivências" proporcionou aos alunos uma visita a um assentamento de sem-terras. O objetivo era só uma visita, mas dois alunos, Ubirajara Walcher e Moisés da Luz, tinham críticas ao projeto. "A visita durou 5 dias, mas não tinha debate político", conta Ubirajara. Daí, surgiu a idéia de organizar um grupo dentro da Universidade, um espaço aberto para debates e vivências sociais. "Por enquanto, o GARRA é informal, a gente se reúne, conversa, passa alguns vídeos", relata.

O grupo surgiu em junho do ano de 2005, mas ainda não tem um modelo de organização. Os encontros para debates acontecem no DCE, diretório central acadêmico, e são abertos a quem

quiser participar. "A maioria dos integrantes é aluno de graduação, mas a idéia é que a gente possa ampliar para outros setores da sociedade", explica Ubirajara.

No momento, a principal ação do GARRA é a organização de estágios de vivência, que são visitas de estudantes a assentamentos de sem-terra para as férias de julho. A intenção é trazer para a universidade a experiência do campo. "A idéia das visitas é para que os alunos tenham uma noção da realidade campesina. É importante mostrar para as pessoas que existem alternativas de produção econômica", completa Ubirajara.

Com o objetivo de mostrar à comunidade acadêmica a produção das pequenas propriedades, será montada uma feira de produtores agroecológicos no Campus do Vale. "Queremos um espaço de integração dos pequenos produtores com os alunos e professores", conta Eduardo Ruppenthal, estudante de Biologia e um dos organizadores da feira. "O principal objetivo dessa iniciativa não é a venda, o lucro, mas sim mostrar que uma autêntica reforma agrária dá certo. Vemos hoje uma

distância muito grande da comunidade acadêmica com a população", critica Ruppenthal.

Ubirajara também defende a vinda dos movimentos sociais para dentro da universidade. "Para quem serve a UFRGS hoje? Ela foi institucionalizada desde o começo para trabalhar com as grandes empresas que detêm a tecnologia e o dinheiro. O conhecimento tem que ser voltado para o povo, para melhorar a vida dos menos favorecidos", explica. "Mesmo que amanhã ou depois um aluno opte por uma carreira dentro da lógica do mercado, pelo menos ele vai ter uma visão mais crítica do mundo em que está inserido. A universidade deveria ter essa posição."

Segundo Ubirajara, não há uma ligação formal do GARRA com o MST, apenas uma colaboração entre os dois grupos. O GARRA pretende ser um elo entre os campesinos que lutam pela terra, os movimentos sociais e as cidades. "O debate aprofunda o assunto e busca fugir das idéias predominantes na mídia, que tentam criminalizar os movimentos sociais, desmoralizando a luta de uma minoria", critica Ubirajara.

O estudante de Agronomia da UFRGS, Rodrigo Baggio, 20 anos, é integrante do GARRA. Ele acredita que a Reforma Agrária significa mudança social. Seu objetivo com o grupo é ajudar no desenvolvimento de movimentos sociais.

Baggio quer ajudar as pessoas a perceberem os grupos que apoiam a Reforma Agrária de uma maneira diferente, longe do senso comum. "A idéia é tentar ver a necessidade de se fazer uma Reforma Agrária, apoiar essa história", completa. Ele acredita que dentro da Universidade existe uma visão predominante sobre o assunto, a que desmoraliza a luta pela terra.

O GARRA pretende incitar uma outra forma de ver a sociedade, indo além da visão acadêmica. "Muitas vezes, a UFRGS ignora a existência de movimentos sociais", conclui.



Reforma agrária sí, pues...

reportagem Leandro Oliveira foto Gabriel Pillar

Hugo Chávez e Evo Morales personificam a possibilidade de sucesso dos movimentos que lutam pela terra na América Latina

Desde que promulgou a Lei de Terras, o presidente venezuelano Hugo Chávez vem sofrendo fortes ataques da mídia, não somente na Venezuela, mas também no resto do mundo. O auge dos ataques ocorreu em abril de 2002, quando um golpe midiático-militar o tirou provisoriamente do poder, para o qual acabou retornando após dois dias de intensas manifestações de milhões de venezuelanos.

A reação contrária a Chávez deve ser vista como óbvia em um país onde apenas 5% dos proprietários detém 75% dos campos produtivos (dados do censo agrícola de 1998), o que representa uma das maiores concentrações de terra em todo o mundo. Alguns latifundiários do país chegam ao ponto de contratar assassinos de aluguel, que já executaram mais de uma centena de campesinos nos últimos anos.

Porém, com a retomada do poder após o golpe de 2002 e a vitória no recente referendo revocatório (quando o povo venezuelano foi chamado às urnas para decidir se Chávez permaneceria ou haveria nova eleição), o governo de Chávez garantiu a legitimidade e o apoio que lhe permite o aprofundamento da reforma agrária. Segundo o INTI (Instituto Nacional de Terras da Venezuela), no primeiro trimestre de 2006, cerca de 400 mil hectares foram destinados à reforma agrária. A meta é de que 1,6 milhão sejam utilizados até o fim deste ano.

Outro país que pode viver tensão semelhante no campo é a Bolívia. O presidente Evo Morales já afirmou que pretende distribuir de 11 a 14 milhões de hectares de terra entre os campesinos nos próximos 5 anos, sendo que até 4,5 milhões devem ser repartidas imediatamente entre comunidades indígenas do país. A reforma deve beneficiar até 2,5 milhões de pes-



A Lei de Terras entrou em vigor em 14 de novembro de 2001, na Venezuela.

O artigo 7º define como latifúndio passível de expropriação "toda porção de terreno rural ociosa ou não cultivada com mais de 5 mil hectares".

soas, quase 30% da população, e a mulher indígena chefe do lar deverá ter prioridade.

Morales promete expropriar cerca de 200 propriedades de agricultores estrangeiros situadas

em uma zona de 50km de fronteira, o que é proibido segundo as leis bolivianas, além de terras "griladas" e que não cumpram função social. Extima-se que cerca de 100 famílias brasileiras possuam uma

área de mais de 100.000 hectares na Bolívia, das quais apenas 5% seriam produtivas.

A última reforma agrária na Bolívia data de 1953, quando se promoveu uma distribuição de terras entre campesinos do planalto e dos vales bolivianos, mas que deixou de fora os das regiões baixas do leste. Pouco depois da reforma boliviana, já na década de 1960, os países latinoamericanos que tentaram colocar em prática algum plano de reforma agrária mais "agressivo" também tiveram problemas. Naquele momento, várias ditaduras militares foram implantadas em todo o continente, freando as ações reformistas então existentes.

Um bom exemplo desse processo ocorreu no Chile: o governo de Salvador Allende beneficiou cerca de 50.000 famílias com seu plano de reforma agrária, reformando cerca de 10 milhões de hectares, pouco mais da metade do solo produtivo daquele país. A distribuição de terras foi apenas uma parte de um processo que envolvia educação, capacitação, organização e desenvolvimento cultural dos campesinos. Com a ditadura, a partir de 1973, se iniciou um processo de contra-reforma no campo, que resultou em um retorno de cerca de 60% das terras a seus antigos donos e a distribuição do restante entre partidários da ditadura e o Estado.

Resta saber agora qual será a postura das elites dos países americanos que optarem por uma reforma agrária de fato: se seguirão o exemplo da direita venezuelana, que enveredou pela alternativa golpista ou se tentarão retomar o poder via eleições. Qualquer que seja a escolha, elas já possuem o parceiro: os Estados Unidos, que poderão subsidiar campanhas de candidatos de seu interesse nesses países e até mesmo oferecer um suporte mais ostensivo, como o que foi dado às ditaduras militares da América Latina na década de 1970.

Agitador, sim! Como é possível conceber a vida sem agitação? Se o coração não se agita, o sangue não circula e a vida se apaga. Uma sociedade que não se agita é como um charco, suas instituições se estagnam e apodrecem. Tudo passa sobre a face da terra e debaixo das estrelas, os impérios, as tiranias, os carrascos. Mas a agitação nunca passará. Nem que haja a consumação dos séculos de que falam os profetas bíblicos. É que ela, a agitação, se nutre de uma paixão. A paixão da verdade.

Francisco Julião, Cambão

Na Lei ou na Marra

reportagem Juliano Tasch

Há mais de meio século, homens e mulheres camponeses, trabalhadores dos canaviais pernambucanos, começavam a se organizar com o objetivo de mudar a situação em que viviam. Lutavam não só por um pedaço de terra. Lutavam por cidadania.

A partir da segunda metade dos anos 50, surgiam no Nordeste do país as primeiras Ligas Camponesas. À frente do movimento, um homem que tinha tudo para não seguir o caminho da luta pela terra. Filho e neto de senhores de engenho, Francisco Juliano Arruda de Paula não fez o que os costumes e a sociedade da época indicavam. Renegou a vida de oligarca e decidiu se sustentar com o próprio trabalho.

Quando entrou na faculdade, Francisco Julião já era um homem de esquerda. Um leitor iniciante das obras de Marx e Engels. Apesar disso não se envolveu na política estudantil. Foi a partir de sua graduação como advogado que a alma de agitador aflorou. Julião propôs para alguns colegas que montassem um escritório para defender os camponeses. Não obtendo resposta positiva de nenhum deles, resolveu tocar a empreitada sozinho. Naquela época, a principal reivindicação dos agricultores era o fim do cambão, dias em que o camponês trabalhava de graça para o dono das terras pela cessão do terreno. Julião insuflou os camponeses a se negarem a dar o cambão. Foi o começo de tudo.

Em 1954, já filiado ao Partido Socialista Brasileiro, ele candidatou-se a deputado estadual. Sem

fazer campanha e tendo como aliados os trabalhadores rurais, em quase a sua totalidade analfabetos e, portanto, inaptos a votar, Julião se elegeu com 495 votos, uma votação inexpressiva, mas que lhe garantiu um lugar na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

O surgimento das Ligas

No fim de dezembro de 1954, um grupo de agricultores cansados de procurar auxílio e ver as portas se fecharem, fez a sua última tentativa. Foram à casa de um deputado que, disseram alguns, poderia ajudá-los. Eles traziam nas mãos papéis que tratavam da criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), uma entidade que reunia as 140 famílias camponesas do Engenho Galiléia, na época já desativado. O dono do engenho, porém, era contrário à existência da associação, ameaçou os agricultores de expulsão. O deputado era Francisco Julião e, nele, os trabalhadores não encontraram apenas um advogado. Encontraram um companheiro em suas lutas.

A SAPPP foi oficialmente fundada no dia 1º de janeiro de 1955. O nome de "Liga Camponesa" foi dado pelos jornais de Recife, com o intuito de torná-la ilegal. A questão envolvendo o Galiléia se prolongou até 1959, quando a proposta de desapropriação do engenho foi aprovada. A vitória transformou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais queriam. A ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da República, em 1956, teve grande importância no

crescimento das Ligas. JK representava uma ruptura em favor da nova burguesia industrial brasileira, que era contrária às ações da velha oligarquia agrária. Isso fez com que os oligarcas perdessem um pouco de seu poder, abrindo uma brecha para o surgimento das organizações camponesas.

Os núcleos das Ligas se proliferavam em Pernambuco. No ano de 1961, chegaram a ter 10 mil associados. Entre 1960 e 62, as Ligas passaram a estar presentes em 13 dos 22 Estados do país e já eram, então, o maior movimento agrário do Brasil. Marchas e passeatas de agricultores passaram a ser organizadas, inclusive em Recife. Em 1958, por exemplo, foram realizados 80 atos públicos na capital de Pernambuco. O grito dos campos passou a ecoar nas cidades.

A idéia da reforma agrária "na lei ou na marra", como dizia o lema do movimento, era tida por Francisco Julião como a única forma de se conseguir uma justa distribuição de terra no Brasil. Ele acreditava que, se a reforma fosse negociada através das esferas políticas, os trabalhadores sairiam perdendo, pois a maioria dos políticos nordestinos na época era formada por latifundiários e senhores de engenho.

O fim do sonho

O declínio das Ligas começou durante o rápido governo de Jânio Quadros, com uma forte repressão do movimento por parte do exército, e seguiu no governo de João Goulart. Jango foi um grande incentivador da criação de entidades sindicais. As burocracias

para se criar um sindicato, uma das razões para o surgimento das Ligas, desapareceram. Os sindicatos tinham em seu favor a máquina do governo, e isso fez algumas Ligas se esvaziarem, perdendo seus associados. A solução encontrada por seus líderes foi transformá-las em um partido. Convenções e conferências foram feitas para a criação do novo partido camponês, marcada para junho de 1964. O golpe militar, porém, impediu que isso ocorresse. As Ligas foram fechadas, houve uma repressão violenta sobre os camponeses. Julião, que à época era deputado federal, teve seu mandato cassado e foi preso. Era o fim de um sonho.

Em 1965, Francisco Julião foi para o exílio no México. Voltou ao Brasil em 1979, quando da anistia. Ficou aqui até 1997 e resolveu voltar para o país que lhe deu abrigo no momento em que mais precisava. No México, ele passou os últimos dias de sua vida, pobre, sem nenhum bem, morando de aluguel. Em 10 de julho de 1999, o agitador silenciava. Morria Francisco Julião, aos 84 anos, vítima de um infarto fulminante.

Jango e a reforma agrária

Como e por que um latifundiário lutou pela distribuição de terras no Brasil

reportagem Sandra Denardin

Os últimos 40 anos do Brasil foram marcados pelo aumento da concentração da propriedade. Os bons índices de produtividade alcançados no campo e o advento do que hoje se denomina agronegócio foram fatores significativos para que governos e sociedade adiassem a mudança fundiária. Apesar do fortalecimento dos movimentos sociais, o latifúndio continua ditando as regras. Paradoxalmente, a primeira grande proposta de reforma agrária apresentada no país foi construída justamente por um latifundiário. João Belchior Marques Goulart, o Jango, era filho de fazendeiros. Nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, aos 24 anos ficou responsável pela estância deixada pelo pai.

A proximidade com Getúlio Vargas acabou fazendo com que Jango se encantasse pela política e deixasse em segundo plano os negócios da família. Com apenas 35 anos, tornou-se ministro do Trabalho. Em 1955, elegeu-se vice-presidente de JK e, cinco anos depois, vice de Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio, Jango assumiu o governo amplamente apoiado pelos grupos de esquerda, mas de mãos atadas pela imposição do regime parlamentarista. Somente após o retorno do presidencialismo, alcançado em plebiscito, Jango conquistou condições mínimas para governar e propor mudanças.

Foi no comício da Central do Brasil, em março de 1964, que o Presidente anunciou as Reformas de Base, sendo a reforma agrária a principal delas. Em sua proposta, o Estado poderia fazer desapropriações sem dinheiro vivo e com emissão de títulos da dívida pública. A mudança gerou forte

resistência dos latifundiários e dos setores mais conservadores do próprio governo. Mas o surgimento das ligas camponesas, o reconhecimento dos sindicatos rurais e a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo sinalizavam que o país queria as reformas.

Apesar de se mostrar envolvido com movimentos sociais e partidos de esquerda, as motivações de Jango não eram socialistas. O que movia o Presidente era seu espírito desenvolvimentista. Nacionalista, Jango queria fixar o homem no campo e dar condições para que ele progredisse. Com isso, seria possível fortalecer o mercado interno e consolidar o capitalismo. A postura de Jango, no entanto, foi considerada subversiva pelas elites e setores conservadores da época, e as reformas acabaram por derrubá-lo.

Pioneiro, João Goulart criou instrumentos até hoje utilizados para viabilizar a política de distribuição fundiária. A obtenção de terras para fins de reforma agrária no Rio Grande do Sul, por exemplo, só ocorre graças a um expediente criado por ele. No estado, não existem mais áreas passíveis de desapropriação pelo critério da produtividade. Assim, somente são passíveis as desapropriações por interesse social. Essa modalidade, instituída pela lei 4132, de 1962, prevê que qualquer propriedade pode ser desapropriada, independente de tamanho ou produtividade, para evitar a tensão social no campo. E tensão social é o que não falta no país com a maior concentração de terras do mundo.

3x4 conversou com João Vicente Goulart, filho de Jango. Atualmente, ele trabalha na criação do Instituto João Goulart, que tem como objetivo resgatar e discutir esse momento da história brasileira.



3x4 - Por que o projeto de reforma agrária do Jango assustou as elites?

Era o primeiro projeto sério de reforma agrária. Jango tinha em suas mãos a Constituição de 1946, que previa que o governo não poderia desapropriar sem pagar com dinheiro vivo aos proprietários. Então, na sua histórica mensagem ao Congresso, em 1964, ele pede que as terras possam ser pagas com títulos públicos. Esse é o momento em que os grandes proprietários se revoltam contra a decisão.

3x4 - E no que o projeto do Jango se difere do projeto atual de reforma agrária?

Jango entendia que a valorização das terras particulares, quando feita com a aplicação de recursos federais, ou seja, nas rodovias, ferrovias, açudes e barragens, eram passíveis de desapropriação. Esta é a grande diferença. Porque, quando se fala em reforma agrária, não se pode pensar apenas na distribuição da terra. O que se vê hoje no Brasil é um grande contingente humano despejado em locais onde não existe centro de consumo, não existe produtividade. Então, é muito mais digno treinar uma família para receber 1 hectare irrigado no eixo Rio-São Paulo do que dar 150 hectares no meio da

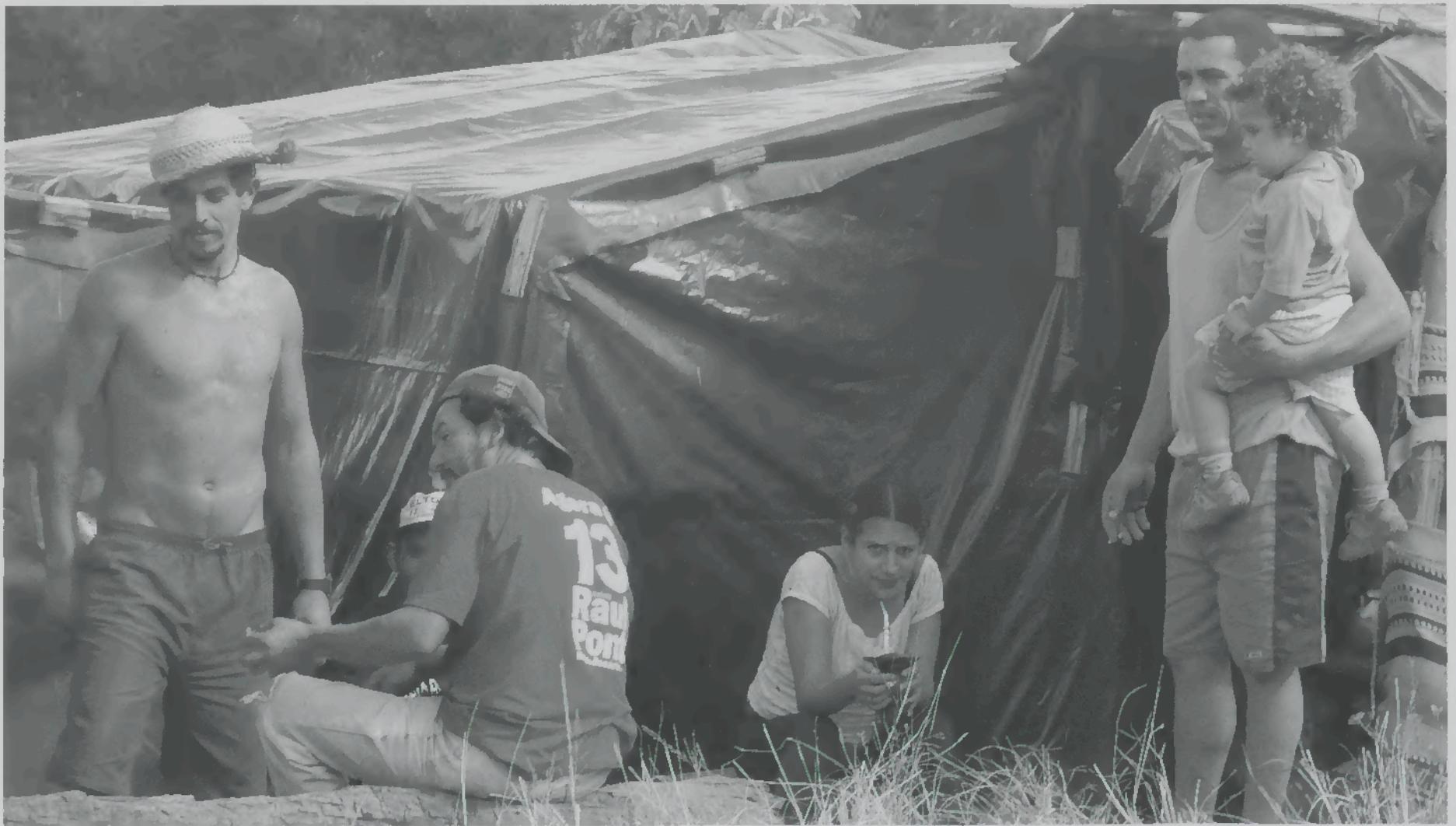
Amazônia. Botar um agricultor a 500 Km do centro de consumo de nada vai servir, porque ele não pode escoar a produção. A reforma agrária de Jango tinha essa conotação: a participação dos brasileiros dentro da sua economia.

3x4 - Uma visão bem capitalista, ao contrário do que pregavam os setores conservadores da época...

Jango nasceu de uma família ruralista. Mas ele tinha um profundo conhecimento das necessidades sociais do povo brasileiro. O que ele queria? A participação, no produto interno, dos assalariados. Isso, naquela época, parecia que eram posições mais à esquerda que à direita.

3x4 - Qual o futuro da reforma agrária no Brasil?

Na atual conjuntura, só existe uma possibilidade de fazer uma reforma agrária, com acesso legítimo à propriedade. Desde que se integre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura. O Brasil é o único país que tem dois ministérios tratando da mesma questão. Não se pode tratar a reforma agrária num ministério e a agricultura de exportação em outro. Tem que se integrar e tratar o agricultor como agricultor.



Acampamento é espaço de formação e fomento da luta pela dignidade e pela terra

Lona preta, trabalho duro e tomada de consciência

reportagem e fotos Angelo Adami

Em um espaço cedido às margens da BR 116, com minguaos 2 hectares, quase 100 famílias se encontram instaladas em pequenos barracões de lona preta e chão batido. Não há energia elétrica nem água encanada. A água, aliás, é um bem escasso. As famílias repartem cerca de 10 mil litros por semana, entregues em carros pipa e depositados em caixas-d'água coletivas. A roupa e a louça são lavadas com água salobra e escura, extraída de uma cisterna próxima. Duas latrinas e um único chuveiro, improvisado com um pequeno reservatório em um galho de árvore, são compartilhados por todos. E aquelas pessoas estão ali acampadas por vontade própria.

Mas o que as leva a optarem por viver em condições tão precá-

rias? José Carlos Fischer da Silva, 38 anos, responde: "É o sonho de todos os pequenos agricultores ter um pedacinho de chão. Então a gente vai à luta, vai atrás pra alcançar o objetivo". O local em questão é o acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Camaquã, a 130 km de Porto Alegre. No Brasil inteiro, segundo dados não oficiais do governo federal, divulgados recentemente pela Folha de São Paulo, já são 230.813 famílias vivendo em locais semelhantes, o equivalente a cerca 1 milhão de homens, mulheres e crianças.

Um acampamento é a porta de entrada na busca por terra. É nele que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) realiza o reconhecimento e o cadastro das famílias para inclusão no processo de reforma agrária. Para Arnaldo Soares

Borges, 31 anos, assentado há cerca de um ano, "é através do acampamento que eles vão entender que tem sem-terra, diferente das comunidades, que muitas vezes tão lá, jogados, e não tem força pra reivindicar. A partir de quando se montam os barracos e se levanta a bandeira, aí eles sentem que o povo está se organizando".

Arnaldo participa hoje do chamado processo de massificação, trabalho de convencimento no qual integrantes mais antigos do MST visitam comunidades e famílias e divulgam os objetivos e perspectivas do movimento. A partir dele, trabalhadores rurais ou urbanos de baixa renda, meeiros, desempregados e pessoas em situação precária passam a ver na luta pela reforma agrária a chance de melhorarem de vida. E vão aos poucos se agregando. Alguns visitam o acampamento e

nunca mais voltam; outros retornam no dia seguinte, trazendo alguns pertences, e se engajam na luta. Costumam manter o que chamam de "base", um local fora do acampamento onde, muitas vezes, fica parte da família e de onde recebem ajuda para o sustento nos primeiros tempos. São aos poucos apresentados a uma proposta alternativa de sociedade, baseada no espírito coletivo, no sentimento de pertença, na solidariedade, no amor à terra e na disposição de luta.

A perspectiva que lhes é apresentada é mais do que um simples lote rural: inclui a compreensão de direitos como saúde, educação e cidadania, e apresenta meios concretos, ainda que árduos, para atingir esses objetivos. Acabam por trazer a família, e a organizar suas vidas dentro da realidade e das condições que o acampamento oferece.

Participação coletiva e momentos de aprendizagem são preocupações constantes

Desde o momento em que optam por se engajar na luta pela terra, os novos integrantes passam a fazer parte da organização do acampamento. Ali, todos têm uma função, e cada decisão é discutida e tomada coletivamente. A instância deliberativa mais ampla são os núcleos de base, do qual participam todas as famílias, em grupos de 15 a 20. De cada núcleo saem representantes para compor a coordenação geral, integrada ainda pelos coordenadores dos setores de produção, educação, direitos humanos, comunicação e cultura, infra-estrutura e saúde, responsáveis cada qual pelo funcionamento da sua área e pela divisão das tarefas a ela relacionadas. Os trabalhos passam a ser feitos quase exclusivamente em prol do coletivo, e visam à máxima autonomia do acampamento em relação à dependência externa.

A busca pela auto-gestão e sustentabilidade é um dos valores fundamentais passados aos acampados. Assim, horta e produção de sabão são iniciativas adotadas para suprir as necessidades básicas de alimentação e higiene. Uma farmácia com remédios a base de ervas, xaropes naturais e tinturas pretende minimizar a utilização de medicamentos da indústria farmacêutica. Escolas infantis e de jovens e adultos são montadas dentro de cada acampamento. Uma cozinha coletiva atende àqueles que optam por deixar de preparar sua alimentação individualmente. Duas guaritas de lona guarnecem as extremidades da área, medida necessária em virtude da relação nem sempre amistosa com os proprietários de terras dos arredores.

Há ainda os grupos responsáveis pela obtenção de material e construção de barracos e, até mesmo, pelo controle da entrada e saída do acampamento. Esse controle, aliás, costuma gerar estranhamento no início, mas tem uma função didática, como explica Maria do Carmo, 24 anos, uma das responsáveis pela organização: "É um acampamento aberto,

as pessoas entram e saem, mas existem critérios pra essa entrada e saída, porque se não dá furo na questão do trabalho interno. (...) a questão da liberação também tem essa linha pedagógica de fortalecer a vivência no coletivo".

Aliás, quase tudo no acampamento tem uma função didática. As barracas de lona, por exemplo, servem para lembrar a transitoriedade do acampamento, que termina com a conquista do lote. A vida sem regalias desenvolve o chamado espírito de sacrifício, que prepara para as dificuldades a serem enfrentadas e mantém presente o objetivo maior, a luta pela terra. Os símbolos, como o boné e a bandeira, reforçam o sentimento de pertencimento a um grupo, o fato de não se caminhar mais sozinho. Maria destaca a importância desse aprendizado no dia-a-dia: "A dificuldade maior (no início de um acampamento) a gente encontra na vivência das pessoas, essa vivência individual e individualista que precisa se transformar numa lógica coletiva. Então é um processo de ruptura que tu precisas fazer, e não é numa fala, numa palestra, numa aula, que tu consegue fazer, é na vivência".

A partir do que é construído no acampamento, os novos sem-terra passam a participar das demais lutas promovidas pelo MST, como marchas, ocupações de terras e prédios públicos, jejuns e greves de fome, definidas em função da conjuntura política e da disposição de cada um, até a obtenção do sonhado pedaço de chão. Luta essa que não tem duração definida, e para alguns se estende por mais de 5 anos. Mas as sementes plantadas nesse início de caminhada permanecem férteis mesmo depois de alcançado esse objetivo. Arnaldo afirma, com a experiência de quem já passou por todos estes momentos: "O que a gente consegue construir no acampamento vai refletir lá no assentamento. (...) essa formação já é um início de cooperação que serve pra depois a gente consolidar no assentamento".



19 de Setembro: um assentamento que deu certo

reportagem Janaína Kalsing e Patrícia Benvenuti fotos Angelo Adami

Uma organização incrível. Uma alegria contagiante. Foi isso que encontramos no chuvoso feriado de Tiradentes desse ano. Um lugar que, com pitadas de magia, tem nome e endereço: 19 de Setembro, Guaíba.

O nome, alusivo ao dia da posse das terras, é composto por trinta e sete famílias, numa área total de 625 hectares. A conjuntura local mostra que assentamentos podem dar certo. E dão.



Seno Mário Seibert, 52 anos, caminha orgulhoso pelo assentamento. Cada espaço, uma lembrança, uma história singular para contar. Passando em frente ao pequeno salão de festas, na parte mais alta do assentamento, Seno conta que o espaço é de integração. "A gurizada da vila e muita gente da comunidade de Guaíba vem pra cá participar do baile. Aqui, nós fazemos a programação durante o ano. São bailes e festas."

Alguns passos a diante, ele aponta para o poço artesiano que abastece toda a comunidade. Alegre, Seno nos questiona: "Vocês bebem daquela água ruim de Porto Alegre, os assentados têm dela em abundância e qualidade ao preço de R\$ 0,60 mensais." O valor poderia ser nulo, entretanto, cada família colabora mensalmente para a manutenção do poço e dos equipamentos.

Com o olhar perdido no horizonte, Seno não poupa palavras

para descrever o que sente vivendo no 19 de Setembro. "A gente tem o hábito de acordar cedo, mas não tem patrão. Tu vais ali na vizinha, toma um chimarrão, uma caipirinha. É um silêncio, uma coisa fora de sério. E lá, na cidade grande, não. A gente vê aquela gente andando, parece até que estão sem razão. A nossa alegria é a liberdade. Tu és livre para trabalhar, para produzir, para relacionar-se com os vizinhos".

Terras cheias de espinhos

"Isso aqui era uma área do IPE (Instituto de Previdência do Estado), toda plantada de eucaliptos. Collares destinou áreas públicas para assentados. Ele desceu do helicóptero para fazer a entrega e mandou nós plantarmos só roseira (o símbolo do PDT é a rosa). Chegamos cada um com uma trouxinha de roupa. O Collares mandou pra nós uns dois sacos de sementes, mas fazia três anos que era vencido". Esse foi o difícil começo da família Seibert e das outras 36 famílias que vieram em

busca de terras.

Seno não veio sozinho. Com ele, a esposa Evanir Ribeiro e os filhos Regiane, Mário, Edenilson e Renata. A última nasceu no assentamento. Evanir lembra de como foi difícil nos primeiros tempos, tendo dentro da barriga um ser que precisa das mínimas condições de sobrevivência. "Ficamos dois anos num barraco, sem comida, sem nada. Tivemos que pedir água na vila, em tudo que é lugar. Nossa preocupação era com as crianças de zero a um ano de idade. O leite vinha para as crianças e nós tomávamos chá de cidreira. Até água um vizinho nos negou."

Ladainha antiga

"Meus pais foram assentados em um programa de barragens, que foi Passo Real. Só que todo mundo dizia que no Brasil tinha que ser feita a reforma agrária. Era a época militar. Eles ficavam dizendo 'temos que assentar o filho do agricultor', mas a gente foi percebendo que aquilo não era uma realidade." Nesta época, Seno

tinha 14 anos. Oriundo de família grande, viver num pequeno lote era inviável. Como a reforma agrária não chegava, alguma coisa precisava ser feita. "Nós saímos para trabalhar de empregado, meeiro, sempre explorado. A gente começou a conhecer o movimento logo depois do massacre da fazenda Santa Elvira, em Encruzilhada. Como eu estava ali embaixo, eu comecei a perceber qual a melhor opção, esperar do governo ou me juntar ao pessoal do MST? Vou acampar e lutar pelos meus direitos", explica o assentado. E foi assim que Seno ingressou no movimento. Uma história repleta de peculiaridades e percepções, porém pouco diferente das muitas ouvidas no 19 de Setembro. São pessoas humildes que, desde muito cedo, tiveram que optar pela pobreza resignada ou pela luta.

Sem esquecer das origens

"Ele sempre gostou do estudo. Às vezes, rolando água, eu dizia 'não dá pra tu ir na aula, rapaz'.

No tempo do 'a pezinho'. Nem uma bicicleta. Dava uma estiadinha e ele ia. Chegava lá todo molhado, estudava. Força total". E foi dessa força que seu Balduino Gonçalves da Silva, 55 anos, tanto faz questão de lembrar. Afinal, seu filho faz parte de um grupo de

O agricultor Ademir Zimpel, de 36 anos, é considerado hoje o maior "inventor" do assentamento. Entre as peças já produzidas está uma aradora (para arar o solo) e uma "rola-faca" (que pica a palha para fazer adubação). Zimpel também é responsável

pra elas que cada um tinha que cultivar, que realmente conseguiram bons efeitos, e que cada uma cultivasse, tivesse no seu quintal algumas plantas", explica. Depois do curso de fitoterapia que ela e outras mulheres fizeram, começaram, a preparar pomadas e

Repleta de propriedade, ela conta: "temos a mesa farta todos os dias. Não é só porque vocês estão aqui. Tudo o que vocês estão vendo, foi produzido por nós". A exceção foi o arroz, já que eles não têm uma máquina de descascar os grãos ainda. Ali, tudo se planta, tudo se



alunos que pode estudar medicina na Venezuela graças a um convênio entre o Brasil e o governo de Hugo Chávez.

Orgulho da família, Valmir Venâncio da Silva, 21 anos, está tão empolgado que já se vê exercendo a profissão. "Quero aprender tudo de medicina. Quando me formar, quero voltar e tentar ajudar da forma que eu puder o pessoal do movimento". Essa consciência de retornar ao assentamento quando for um médico, tem um motivo que seu Balduino explica: "a comunidade abraçou essa causa, que pra nós é um privilégio. Todos vão ajudá-lo de alguma forma".

Engenhocas que quebram galho

Com pouco dinheiro, às vezes não dá pra comprar nem mesmo as ferramentas mais essenciais para o trabalho diário na roça. Mas como a dificuldade acaba despertando a criatividade, os agricultores não demoraram muito para encontrar uma solução: fabricar os equipamentos caseiros.

pela manutenção dos equipamentos, fazendo uns servicinhos extras de mecânico.

O anjo das plantas medicinais

E nem com a saúde o pessoal tem que se preocupar muito. Isso porque existe a Dona Flora, como é mais conhecida Floraci Soares Alles, de 65 anos. Dá para considerá-la um anjo no assentamento, já que a saúde dos moradores é por conta dela. E, para isso, ela conta com uma farmácia mais do que especial. Trata-se da hortinha de plantas medicinais que fica atrás de sua casa. Natural de Herval Seco, a senhora de maneiras tranqüilas conta que o contato com as ervas vem desde a infância, quando seus avós usavam esse tipo de medicina natural. A dificuldade em contatar os médicos, em função da distância, levou a família a apostar nas plantas para a cura de doenças.

Hoje, no assentamento, ela é uma espécie de "doutora". "Eu planto e incentivo as outras mulheres. A gente tentou esclarecer

elixires cada vez mais elaborados. "Tem pomada pra alergia, câncer de pele e outros tipos de feridas infecciosas, e o pessoal não tem dinheiro pra comprar", lembra.

Dona Flora conta que é só alguém sentir uma dorzinha de barriga que corre para a casa dela. E ela entende que deve estar de braços sempre abertos para os "pacientes". "A gente tem que estar ali para socorrer uma vida. Muitas vezes, a doença não é física, é emocional, e a gente tem que ter o jeito pra tratar com as pessoas. Por isso tem que ter esse cuidado, de dar atenção. De olhar no olho, de tocar a mão no ombro, de dar uma acariciada", finaliza.

Depois da tormenta, os dias de paz

Depois de muita luta e dificuldade, os assentados têm uma vida digna. Sem luxos, mas com fartura na mesa. A simpática velhinha Cecília Seibert, 82 anos, nos convida para o almoço de sábado: feijão, arroz, salada de alface e tomate, batata-doce, carne de porco e uma suculenta galinhada.

colhe, tudo se troca. A relação com a população de Guaíba já é de intimidade, uma vez que os fregueses são fiéis. Leite e verduras, só dos colonos, como são chamados pela população. Seno vai mais longe: "Graças a Deus aqui temos fregueses de leite que são militares. Há sete ou oito anos, eles eram soldados, hoje são sargentos. E se você perguntar se eles são contra nós, eu tenha certeza de que eles vão dizer que o que nós estamos fazendo é certo. São fregueses de queijo e de leite. A gente conseguiu mostrar pra eles o que nós queríamos. Em outro tempo, achavam que nós éramos baderneiros. O governo colocava soldados, e eles diziam que dava dor de barriga, dor de cabeça, mas eles não queriam ir no confronto com nós. 'Eu não vou pro confronto de jeito nenhum. Se quiser me expulsar da Brigada, me expulse, mas eu não vou'. E assim, com produtos de qualidade e com dignidade, os assentados foram ganhando o respeito e o carinho da comunidade.

Filhos da Terra

reportagem Patricia Benvenuti fotos Angelo Adami

“Bandeira, bandeira, bandeira vermelhinha. O futuro do Brasil está nas mãos dos sem-terrinhas.” A voz sai feliz, forte. Os sem-terrinhas, como são conhecidas as crianças do Movimento Sem-terra, erguem o rosto e cantam bem alto sua música, entusiasmadas. Nem precisa pedir duas vezes pra elas cantarem. Uma vez é suficiente para se empertigarem na frente da reportagem, entoando seu grito de guerra. Uma surpresa para quem acha que vai encontrar crianças tristes e quietas, esperando ser gente grande pra participar da realidade.

Futebol, árvore e balanço

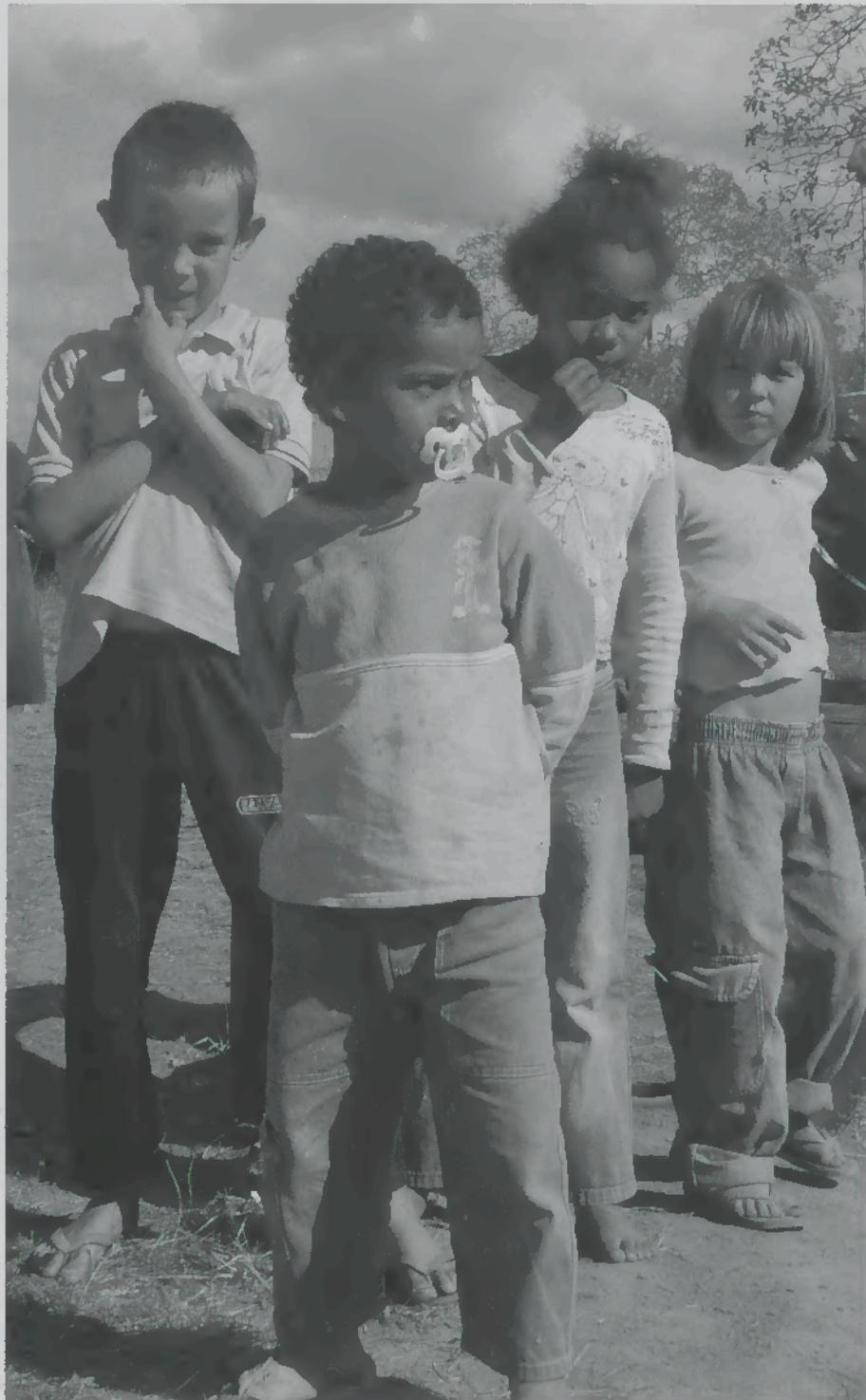
“Eu gosto de brincar de balanço.” É assim que a pequena Vanusa Tavares Barbosa, 9 anos, sintetiza o que mais gosta de fazer no acampamento, localizado em Camaquã, onde vive com os pais e dois irmãos. A mãe, Fernanda Tavares Barbosa, 26, grávida de sete meses, se tranqüiliza com a idéia de que as crianças, ali, têm onde brincar e se divertir. “Eu estou gostando. Aqui é bom e tem brincadeira pra eles aprenderem.”

Sonolento, o pequeno Carlos Vilnei Baronoski, 2, naquela tarde de sábado prefere o colo da mãe, Marisa Adriana Baronoski, 20. O menino loirinho é um sem-terrinha de tradição. A luta pela terra começou ainda com os avós, colonos que optaram por viver em um acampamento até concretizarem o sonho de ganhar seus hectares. Marisa morou com eles no tempo das lonas pretas e depois no assentamento. Crescida e casada, agora acompanha o marido na busca por um terreninho para a nova família, junto com Carlos e Ana Paula, 5. “Eu espero um futuro melhor pra eles, estou aqui lutando, tentando conseguir um pedacinho de chão pra nós. Vamos ver se conseguimos.”

Marisa fala isso sentada no parquinho. Ele foi construído perto da sede do acampamento, quase todo de madeira, e os balanços e pneus fazem o dia passar melhor e mais rápido. Dá pra dizer que ali é a sede das crianças, por causa do entra-e-sai. O lugar nunca fica abandonado. Perninhas correm ao redor das estruturas do parque e das barracas, enquanto braços seguram bonecas descabeladas e carrinhos empoeirados.

Já no acampamento 19 de setembro, em Guaíba, o caminho da bola é que orienta boa parte da diversão. E se no Brasil a alegria é o futebol, não poderia ser outra a da gurizada ali. O campinho fica na parte de trás da escola, e tem pelada o dia inteiro. Time que perde sai e assim por diante. Naquele sábado, teve um time que levou 11 a 0, mas ninguém estava chateado. Charles Ribeiro, 8, está do lado mas nem escuta o que estão falando. Está pendurado em uma árvore, camuflado no meio de uns galhos. Adrielle Bittencourt, 9, copia a idéia, mas lembra que mamãe e filhinha ainda está no seu repertório. Ah, e também pega-pega, esconde-esconde. A preferência mesmo parece ser ao ar livre, quando dá pra correr mais.

Magno Soares Casagrande, 11, concorda, mas nesse dia está sentado na grama, meio cabisbaixo. Machucou uma das mãos e está “de molho”, sem poder brincar direito. Bater uma pelada é perigoso; subir em árvore, nem pensar. “Por isso que ele está quieto, não pode brincar”, conta a mãe, Leni Soares Veloso, 40. O rosto da mulher sinaliza cansaço. “Está tudo difícil”, conta, se referindo à falta de dinheiro e ao alcoolismo do marido. Apesar disso, acredita que o filho pode ter um futuro diferente. “A gente luta um pouco, mas consegue. Eu quero que ele tenha uma vida feliz. O maior problema é finan-



ceiro mesmo.” Mesmo com as dificuldades, Magno responde que gosta da vida que leva, que tudo segue bem. O olhar fica menos triste enquanto a conversa se desenrola e ele fala na diferença entre o assentamento e a vila, onde estuda “Aqui é bem melhor. Tem os amigos, os pais.”

Alegria que fortalece

A presença e a vitalidade das crianças dá força a todo o grupo. “As crianças são a solução do acampamento”, afirma Maria do Carmo, 24 anos, uma das responsáveis pela organização interna

em Camaquã. “Pra criança não tem ruim. Elas vão percebendo esse espaço como a casa delas, o lugar de moradia agora. Elas são a alegria do movimento”, completa.

Maria conta que já na infância se procura despertar a consciência dos militantes para a cidadania e luta pela terra. Ela cita um caso que aconteceu durante um dos enfrentamentos de que participou em Coqueiros do Sul. Uma criança estava no meio da confusão, de punho erguido e gritando para um soldado da Brigada Militar: “Vem que a coisa engrossa, vem que a terra é nossa”. “Vai dizer o quê?



Que ela é vítima? Essas crianças sabem o papel que elas têm”, destaca.

O be-a-bá da terra

De acordo com a lógica do MST, todos os seus integrantes são sujeitos do processo, e a educação passa, necessariamente, pela escola. Diferente do que se pensa, as crianças que vivem em acampamentos não estão longe da aprendizagem. Elas participam do projeto Escola Itinerante, uma parceria com o governo que permite que

as crianças e os jovens continuem na sala de aula. Mas o be-a-bá desses pequenos é elaborado no melhor estilo Paulo Freire – popular, pensado para a realidade dos alunos. Para se ter uma idéia, agroecologia, nesse caso, tem um peso tão ou mais forte do que disciplinas tradicionais.

A proposta de ensino é a mesma em todas as unidades do movimento, acampamentos ou assentamentos. Tanto que em Guaíba há uma pequena escola, com oito alunos. “Pra nós é uma

conquista. E todo ano é uma batalha porque o pessoal quer que a escola saia daqui, mas enquanto tiver crianças vamos batalhar por ela. Pra nós é muito importante”, garante Regiane Ribeiro Seibert, 30. Para ter mais alunos, uma das alternativas é propor que crianças da cidade se matriculem ali, abandonando um pouco o “urbano” e conhecendo mais o “rural”.

Talvez alguma criança da cidade se apaixone pelo campo como Rosa Maria Nascimento Olegari, 28, que casou com um

colono e foi viver no assentamento. “A terra significa tudo pra mim. Eu gosto de morar aqui e de criar meus filhos aqui. Tem tudo de bom”, afirma. “Eu até explico pro Matheus [um de seus filhos, de 6 anos] que, quando ele for grandinho, tem que pegar e ir acampar, ter as coisas dele. Eles têm que fazer por eles, ter o pedacinho de terra deles, assim como os pais fizeram”, declara, torcendo para a terra continue alimentando a esperança, o sonho e o futuro dos filhos da comunidade.



Remendos no Pampa

reportagem Glauber Gonçalves

O Pampa é o principal ecossistema do Rio Grande do Sul e faz parte da identidade cultural do gaúcho. Sua exuberância é cantada em poemas e canções tradicionais do Estado. Em contraste com a beleza dos verdes campos austrais, está sua grande fragilidade. Nos anos 70, foram redescobertas manchas de areia na cobertura vegetal do sudoeste gaúcho, que poderiam pôr em risco a preservação do pampa.

Na época, o processo foi associado à monocultura da soja, que estava em ascensão na região. Essa tese perdeu força com a descoberta de evidências históricas da existência dos areais que remontam ao início do século XIX. Em 1858, o naturalista alemão Robert Avé-Lallemant, em uma incursão pelo Estado, descreveu as manchas de areia.

Avé-Lallemant comparou os areais a um deserto africano. A semelhança contribuiu para popularizar o termo "Deserto do Pampa". O conceito de desertificação foi, mais tarde, considerado impróprio para caracterizar o fenômeno. Em desertos, o clima é seco, com pequena quantidade de chuva, contrastando com o clima úmido da campanha. Na falta de uma denominação precisa para o processo, a professora Dirce Suertegaray, do departamento de Geografia da UFRGS, cunhou o termo arenização. A expressão tem origem na formação do solo da região: a rala vegetação do pampa recobre o arenito botucatu, rocha de composição arenosa.

A arenização é desencadeada pela ação da chuva e do vento, que trazem as areias tenuemente cobertas de volta à superfície. O escoamento da água nos campos, sob forma de ravinas (sulcos no terreno) ou voçorocas (sulcos mais



foto: Valério Pillar

amplos, em que a água superficial atinge o lençol freático) remove areia, degradando a área e originando os areais. Hoje, as manchas podem ser encontradas nos municípios de Alegrete, Cacequi, Itaqui, Maçambará, Manuel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, São Borja, São Francisco de Assis e Unistalda.

Se a simples ação da natureza desencadeia o processo, a atividade humana pode intensificá-lo. Em Alegrete, Maçambará e Quaraí, além dos areais antigos, existem manchas recentes, constituídas pela expansão das lavouras de soja. Apesar disso, uma das técnicas difundidas para a recuperação ambiental da região é a monocultura do eucalipto.

Em algumas propriedades rurais, o plantio dessa espécie exótica, de fato, atenuou o problema. As folhas que caem no solo se decompõem e recobrem-no. Plantados também com fins comerciais, os bosques são cortados em cerca de 10 anos. Com o corte da mata, porém, há novamente a chance de chuvas e de erosão reativarem o processo. A observação da ocorrência de ravinas e voçorocas sob o bosque de eucalipto, realizada pela professo-

ra Dirce, põe em dúvida a eficácia dessa técnica.

Para a pesquisadora, uma das pioneiras no estudo da arenização, não é possível uma reconstituição através do eucalipto, pois o plantio da arbórea na verdade transforma o ecossistema. Muitas espécies da fauna e da flora nativas têm sua perpetuação ameaçada. "Por que também não preservar o bioma campestre?", questiona.

Por parte do Estado, ainda não há uma política para enfrentar a arenização. Os trabalhos de orientação de manejo adequado aos produtores ainda são pontuais e isolados. Combater o problema na sua raiz, isto é, acabar com as voçorocas e ravinas é um processo de alto custo, com o qual o proprietário rural muitas vezes não consegue arcar. Uma possível ajuda financeira do Estado aos produtores para a recuperação de áreas degradadas leva a um questionamento: é correto aplicar recursos públicos em benefício de propriedades privadas? Enquanto isso, o problema continua e a monocultura do eucalipto cresce pelo Pampa. É como remendar um belo tecido com outro de tom diferente: a peça perde sua essência.

"A lua pouco velada, deitava um clarão turvo sobre a região. Subitamente, em torno de nós tudo parecia branco. Crer-se-ia viajar num campo de neve. Em volta areia pura, limpa sem nenhuma vegetação, verdadeiro deserto africano embora de pouca extensão. Dava-me uma impressão particularmente melancólica. Viajávamos juntos em silêncio." (Avé-Lallemant, em 1858)



um negócio vantajoso para todos: Agroindústria Familiar

reportagem e foto Cristiane Pletsch

O agronegócio é uma alternativa para a melhoria na qualidade de vida das famílias rurais.

O principal fator para criar e manter uma agroindústria é a mão de obra. E isso o Brasil e o Rio Grande do Sul têm de sobra. Ciente disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vem desenvolvendo programas para apoiar a produção e a comercialização agropecuária, de modo a gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural. A motivação do governo é voltar a reconhecer o pequeno produtor, que até então se caracterizava pelo baixo nível de diversificação e era tradicionalmente dedicado ao abastecimento das grandes indústrias.

Hoje esse quadro mudou. Entender o pequeno produtor como mero fornecedor de matéria prima para o mercado industrial não existe mais. Os anúncios feitos pelo Governo Federal sobre os créditos rurais, em maio de 2006, ainda dependem de normatização do Banco Central, mas já evidenciam avanços.

A importância da agroindústria familiar é inquestionável: são os pequenos produtores que respondem pela comida que chega na mesa dos brasileiros. Eles produzem 70% do feijão, 84% da mandioca e 54% da bovinocultura de leite, entre outros. Hoje, verifica-se um aumento na procura por produtos de origem agrícola e pecuários com agregação de valor – os “ecológicos”. Antes, o produtor vendia um quilo de aipim para os grandes centros a R\$ 0,20.

Agora, ele colhe, descasca, lava, corta e embala, e vende a R\$ 2,00 – ou seja – 1000% de lucro para o próprio bolso, não mais para a indústria.

Além disso, também são beneficiados pães, cucas, embutidos, frutas in natura, geléias, queijos, conservas e outros alimentos que, apesar de artesanais, não descuidam da qualidade e da boa apresentação. Mesmo assim, alguns consumidores ainda são resistentes. A mudança na maneira de escolher os alimentos depende de uma reeducação nos hábitos de consumo. Já existe a consciência da qualidade nutricional e a menor incidência de conservantes ou agrotóxicos. Por isso, as feiras livres estão tendo boa procura; os supermercados estão aumentando os espaços para a comercialização de alimentos de baixa sofisticação tecnológica ligados à cultura local. O filão de mercado existe. É justamente essa demanda que a agroindústria familiar tem todas as condições de suprir.

Foi trabalhando na pesquisa e dando atenção aos aspectos técnicos e antropológicos que o Prof. Dr. José Maria Wiest, médico veterinário e titular dos cursos de Veterinária e Engenharia de Alimentos da UFGRS, se destaca como defensor da agroindústria. Ele desenvolveu um trabalho junto aos pequenos produtores auxiliando no cumprimento da legislação. Não como algoz, mas incentivador das boas práticas de higiene e conservação dos alimentos – principalmente de origem animal.

Simples, mas organizado

Mesmo que as instalações de uma agroindústria funcionem dentro da pequena propriedade, não podem haver descuidos. A legislação sanitária é rigorosa. Nas dependências, é proibido fumar, residir, fazer refeições, receber visitas sem o uniforme nem depositar roupas ou objetos estranhos à finalidade. As pessoas que trabalham na agroindústria devem fazer exames médicos a cada seis meses, pelo menos.

Outro aspecto destacado pelo professor é a organização em associações ou cooperativas, um diferencial importante na viabilização econômica da iniciativa. Quando articuladas em redes, eles conseguem resolver problemas que, individualmente, seriam de difícil solução. Exemplos disso são as negociações com órgãos governamentais – para a obtenção de estradas, telefonia, energia elétrica –, a compra conjunta de embalagens, o transporte e distribuição dos produtos em conjunto.

Mais do que simples alimentos

A indústria caseira está atrelada a conceitos – não só econômicos, mas também sociais. No aspecto social, destaca-se a fixação do produtor na área rural, a manutenção da integridade familiar – ao contrário da desagregação do êxodo – e propagação de conhecimento através de gerações. O envolvimento de todos é a principal característica. Todos trabalham na seleção, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

É o caso de uma agroindústria

de doces na cidade de Pelotas, onde cada um dos cinco irmãos tem uma função no negócio, junto com esposas e filhos. Eles trabalham de segunda a sábado e chegam a produzir 1.500 rapaduras em um dia. No outro, 1.000 quilos de açúcar mascavo e 1.500 quilos de melado. As rapaduras são vendidas a R\$ 1,50 no atacado. O açúcar mascavo é entregue a R\$ 3,00 e revendido, em média, por R\$ 5,00 o quilo.

Selo Sabor Gaúcho

Durante o governo de Olívio Dutra, o Programa Sabor Gaúcho financiou mais de 240 agroindústrias, ajudando mais de 7.000 famílias (cerca de 20.000 pessoas). A criação de um selo que constava no rótulo era uma garantia de que havia sido respeitada a legislação sanitária, além de certificar que a embalagem era adequada e os produtores se enquadravam nas especificações do controle de qualidade. Além de identificação, funcionava ainda como apoio publicitário. Mas não só isso. Socialmente, era a prova de que famílias estavam sendo mantidas no campo com renda suficiente para sobreviver com dignidade.

O auge do sucesso do Programa foi a conquista de um espaço na Expointer, que até 1999 era um espaço para os “grandes”. Crescendo em número a cada ano, 220 agroindústrias puderam expor e comercializar a produção. Entre 1999 e 2003, cerca de 30 técnicos atuavam no acompanhamento dos projetos.

continua na pg. 20

Atualmente, a estrutura montada em parceria com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) – que se encarregava do planejamento e avaliações técnico-econômicas preliminares – está abandonada. Os serviços foram desativados e motivam protestos por parte dos agricultores, que pedem a reestruturação. “Hoje a equipe se perdeu e faz muita falta. Há um coordenador do Programa, mas os agricultores não sentem, não enxergam as ações”, lamenta Maria Helena da Rocha, coordenadora da Rede Estadual de Agroindústrias no RS, que está em formação, e pretende apoiar 250 empreendimentos.

Loja da Reforma Agrária

O que o MST e a Via Campesina têm a ver com o Programa Fome Zero no RS? A Coceargs (Cooperativa Central dos Assentamentos do RS) é responsável pela Loja da Reforma Agrária, que está localizada no Mercado Público de Porto Alegre desde março de 2003. Fundada em janeiro de 1991, a Coceargs representa cerca de 9 mil famílias de assentados e viabiliza a produção orgânica, sem agrotóxicos, de diversos produtos. O ponto oferece arroz branco e integral, açúcar mascavo, pães, biscoitos, banana, aipim e batata ecológicos, geléias, ovos e leite. Há também uma estante com livros à venda, com um acervo sobre a luta pela terra no Brasil.

A loja não visa apenas o comércio: também cumpre um papel social. Em dezembro de 2005, o presidente da Cooperativa, João Francisco Cardoso, repassou 2 toneladas de alimentos ao Comitê Gestor do Programa Fome Zero de Porto Alegre, que destinou às famílias com filhos de até 6 anos que apresentavam quadro de risco nutricional. Já em janeiro de 2006, 1.500 quilos de alimentos foram entregues à FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), para atender situações emergenciais da população da capital. Com a existência estruturada de uma rede de agroindústria, ganham os trabalhadores.

Permacultura: a busca no passado para viabilizar o futuro

reportagem e foto Letícia Pakulski e Vanessa Borsato



A palavra ainda não existe nos dicionários brasileiros, foi inventada para descrever a transformação da agricultura convencional em uma permanente cultura. A permacultura une o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna, criando sistemas capazes de atender às necessidades básicas, sem causar agressão ou poluição ambientais, e tornando a propriedade auto-suficiente a longo prazo.

Essa técnica foi desenvolvida no começo dos anos 70 pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren, resultado do desenvolvimento de pequenos sistemas produtivos organicamente integrados (a casa, o entorno e seus habitantes). Na Austrália, a agricultura convencional já mostrava sinais de degradação ambiental e danos irreversíveis dos recursos naturais, e por isso o uso de técnicas que buscavam conservar o ambiente acabou ganhando adesão no país. A partir daí, os conceitos de agricultura permanente começaram a ser expandidos pelo

mundo. Eles envolvem desde princípios éticos até práticas como a bioarquitetura e o reaproveitamento de água, por exemplo.

Atualmente, existem institutos de estudo desse sistema em todos os continentes. No Brasil, a permacultura vem sendo adotada como metodologia agrícola. Escolas de todos os níveis estão incluindo-a no seu currículo básico. Os institutos permaculturais do país formam a Rede Brasileira de Permacultura (RBP) e estão localizados em função dos quatro principais ecossistemas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa. Cada um visa a demonstração de soluções práticas e tecnológicas apropriadas às condições do ecossistema em que está inserido.

No RS, o IPEP (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Pampa) foi fundado em julho de 2000. Hoje ele serve como um centro demonstrativo de várias técnicas alternativas, como banheiro seco, tratamento e reutilização das águas servidas, geração de energia eólica, técnicas de plantio orgânico, construções de bioarquitetura e muitas outras.

Experiências

O proprietário de um sítio em Maquiné, Marcelo Tcheli, utiliza técnicas de permacultura há três anos. Ele conta que antes já as praticava sem saber: "Um dia, um permacultor veio aqui e ficou impressionado com a evolução que [o sítio] já estava". Hoje, o conhecimento aperfeiçoado permite um melhor rendimento do trabalho. "A gente antes ia fazendo tudo no instinto, hoje temos mais consciência de cada passo", explica Tcheli. A agricultura praticada na propriedade de 10 hectares é a familiar, de subsistência. "Plantamos um pouco de culturas que se adaptam ao nosso clima, mais para se automanter e comprar menos coisas de fora, o alimento tem outra qualidade."

Ele afirma que a casa em que mora está dentro de uma agrofloresta, ou seja, o plantio foi realizado sem a derrubada total da mata. Além disso, foram respeitadas as características do ambiente. "Cuidamos a posição do sol: no lado em que ele nasce e se põe, plantamos árvores que não crescem muito pra sempre elas manterem uma certa altura e poder banhar a casa de sol, como uma espécie de rampa. Todas as plantas ganham sol e também a

casa, nós e a floresta. Dessa forma, se produz melhor em um espaço muito pequeno."

O agricultor utiliza uma técnica da agricultura inca. Os terrenos cultivados estão localizados em um morro, porém são planos, em forma de degraus. Tcheli explica que, se plantasse seguindo a forma do morro, a água bateria na terra e levaria os nutrientes. Com os patamares, se forma um sistema, onde cada elemento tem sua função. "Fomos colocando pedras e matéria orgânica e trabalhando a terra para transformar em patamares, com bordas de abacaxi, de frutíferas, para a terra não ir embora. Dessa forma o patamar se fixa e mantém os nutrientes nele."

Segundo Tcheli, as vantagens proporcionadas pelo uso adequado dos recursos da floresta são muitas. "Dentro da floresta eu posso ter desde madeiras, para construir móveis, posso caçar. Eu digo que posso caçar, porque tenho uma reserva muito grande e porque mantenho a floresta. Eu tenho alimento para os bichos – é diferente dos vizinhos que só caçam, mas não têm uma floresta para manter os bichos dentro", diz. Vale a pena observar que a cerca que divide seu sítio do vizinho separa um ecossistema de

outro. Enquanto do lado do permacultor há diversas árvores, em meio a sua plantação, do outro lado observa-se um pasto, com apenas grama e pedras.

Dos 10 hectares do Recanto da Mata, a família utiliza cerca de um, onde planta, constrói e hospeda durante o verão. Isso porque o sítio também é um ponto de turismo ecológico e abriga cabanas que funcionam sob mecanismos não-prejudiciais ao meio ambiente, como o reaproveitamento e o tratamento de água e banheiro seco. Essas instalações são construídas sob a forma de mutirões com amigos e familiares. "Como tudo é muito caro, eu sempre fui muito pensante em buscar soluções", afirma.

O agricultor, que também é bonequeiro, conta que viajou por todo o Brasil com seu teatrinho, e aplicou ou adaptou diversas coisas que viu pelo país na restauração de sua casa. Esta tem desde uma clarabóia feita com um pneu e folhas de boldo até um fogão que, quando completado, terá doze utilidades, de aquecedor de água para o chuveiro até defumador. Tcheli também construiu uma parede de pau-a-pique com garrafas, telhados vivos, equipamentos de ar condicionado artesanal e placas

para captação de energia solar.

Na zona onde a família recebe os hóspedes, a idéia de aproveitamento dos recursos oferecidos pela natureza é a mesma. Durante a visita da reportagem, ele mostrou cabanas e banheiros construídos na propriedade. "A cabana custou 470 reais. Se fosse no modo convencional, gastaríamos com mão-de-obra e tudo uma média de 6 mil reais", garante Tcheli. "Utilizamos pedras que estavam no próprio lugar. O esqueleto interno dela é de uva-japão e as telhas são telhas de chiqueiro. As tábuas são de pino. A pintura, revestimos com óleo vegetal de restaurante, que impermeabiliza o barro. O teto, com caixas de leite dá um conforto térmico."

Com a implantação da permacultura e de suas próprias criações, ele afirma que a propriedade hoje já é quase 70% auto-sustentável. Para Tcheli, a contribuição dessa técnica está na utilização de espaços da casa e na criação de pequenos sistemas próximos que economizam a energia natural e dos habitantes. "Pra que ir tão longe pra chegar ao galinheiro se ele pode ficar ao lado da horta? Porque quando tu limpa a horta, joga o que limpou pra dentro do galinheiro. É uma forma de organização."

Cultura e agricultura para o futuro

O mundo encontra-se em um momento crítico. A evolução tecnológica não tornou sustentável o uso dos recursos naturais. Pesquisas apontam para ameaça do abastecimento de energia e água potável para o futuro próximo, além de problemas generalizados, como as mudanças climáticas, ocasionadas pelo impacto do consumo excessivo de combustíveis fósseis. O uso de novas tecnologias aliado aos conhecimentos milenares pode apontar caminhos para sairmos dessa situação limite.

No Brasil, a família rural é carente de informações e de recursos para sobreviver sustentavelmente, e o conseqüente êxodo rural acaba repercutindo na qualidade de vida nas zonas urbanas. A permacultura pensa soluções práticas que vão ao encontro das realidades culturais, sociais e ambientais de cada região do planeta. Soluções sistêmicas, acessíveis e simples, que tragam segurança à família e um potencial de desenvolvimento humano sustentável.

A Urbe chega ao seu limite

reportagem Marcelo Allgayer charge Louise Kanefuku

Em algum momento do próximo ano, pela primeira vez na História, mais da metade da população mundial estará em centros urbanos. O dado foi revelado pela ONU no último dia 16 de junho, às vésperas do III Fórum Urbano Mundial, encontro realizado em Vancouver para analisar o impacto da superurbanização sobre comunidades, economias e políticas.

“Deveríamos comemorar isso. Afinal, desde o início dos tempos, cidades são centros de crescimento econômico e criatividade cultural”, afirma o relatório apresentado pela UNHabitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos). O tom é otimista frente à constatação de que “a urbanização tornou-se um sinônimo de favelização”, também presente no documento. Em 2020, a população mundial chegará a 8,1 bilhões, segundo os mesmos dados, sendo 5 bilhões habitantes de centros urbanos. Destes, 1,4 bilhão estarão vivendo em favelas, e estas são compreendidas não como bairros marginalizados ou periféricos, mas sim como habitações “de espaço insuficiente, sem saneamento básico ou garantia de posse”. Na África subsaariana e no sudeste da Ásia, estas já são o tipo predominante de habitação, sendo 99,4% dos casos na Etiópia. Em Nova Déli, por sua vez, as favelas recebem 400 mil novos habitantes a cada ano.

O fim da ‘fronteira urbana’

O ensaísta estadunidense Mike Davis, no livro “Planet of Slums” (Planeta das Favelas), publicado em março deste ano, afirma que as áreas livres para ocupação urbana chegaram ao fim, ou seja, os con-

glomerados urbanos encontraram seu limite. Sobraram áreas de risco, suscetíveis a enchentes e outros desastres, ou tão distantes que o custo com transporte anulava o valor baixo, ou nulo, do terreno. É o que o autor chama de “marginalização dentro da marginalização”. Grandes contingentes populacionais acabam ocupando áreas agriculturáveis ou reservas ambientais, e mesmo assim não estão integradas à cidade tradicional.

Davis defende a tese de que as grandes cidades não mais crescem pela demanda de mão de obra e as migrações, mas sim pela simples reprodução da miséria. A “involução urbana” se daria devido a grandes concentrações de pessoas vivendo na economia informal, e a conseqüente saturação desta, somados aos custos habitacionais crescentes. Aquelas populações que sobrevivem no limite da pobreza são empurrados para baixo, em velocidade crescente, sem contrapartida do Estado.

Em 2007, mais metade da população mundial estará vivendo em cidades; apenas mudanças de comportamento garantirão sustentabilidade urbana.

...ATÉ QUE SEVERINO FINALMENTE CONSEGUIU SEU PEDAÇO DE TERRA...



Educação para o mundo urbano

Para Rualdo Menegat, geólogo e coordenador do Atlas Ambiental de Porto Alegre, uma solução para a questão urbana só é possível em conjunto com uma transformação de comportamento do poder público e dos cidadãos que passa, necessariamente, pela educação: “Nós ainda vivemos nas cidades como se vivêssemos na cidade de Ur, como se nascêssemos sabendo como se vive numa cidade”.

Segundo Menegat, a vida urbana requer hoje um “conhecimento, uma inserção, que a escola não dá, ninguém oferece esse conhecimento”. Resta ao cidadão uma série de normas e regras que devem ser cumpridas. “Você é obrigado a separar o lixo, você separa, mas não sabe o porquê. Tem que entender os limites de consumo dentro da cidade, tem que entender que pagar o IPTU para levarem o lixo da frente da tua casa não é nenhuma solução. Você está pagando para transferir o teu problema. Quem pode pagar,

paga, quem não pode fica com o problema do lado, que gera uma estética que nós, por causa dela, excluímos as pessoas.”

Para o cientista, as populações urbanas, sobretudo as mais abastadas, não estão dispostas a reduzir seu consumo. Ele afirma que prédios e condomínios poderiam contribuir para uma sustentabilidade urbana destinando parte de seus jardins para fazer composteiras. A coleta de água da chuva, em forma de cisterna, é outra maneira. Menegat também sugere a implantação de chiqueiros, galinheiros ou estábulos nas áreas urbanas. Àqueles que afirmam que as cidades modernas não têm mais espaço para tal, responde: “Se nos não inventarmos rapidamente estábulos urbanos, chiqueiros urbanos que dêem conta dos restos de comida, como vai ser? A solução de aterros sanitários não é solução. A produção de biogás em aterros sanitários não é solução. Podemos fazer isso apenas de forma transitória”.

Porto Alegre produz atualmente 250 toneladas por dia de matéria orgânica: predominantemente restos de comida. Os chiqueiros seriam uma forma sustentável de dar uma finalidade à boa parte do lixo que a cidade produz. Com tecnologia atual, isso poderia ser feito de maneira higiênica, permitindo inclusive o consumo da carne suína. “Estes chiqueiros podem estar nas vilas, as pessoas podem estar se ocupando destes chiqueiros. Isso acaba com a desocupação, é renda, é alimento, é uma função para a cidade. Isso é cultura, é voltar a enraizar, é gerar a comunidade local”, enumera Menegat. Para isso, ele frisa, basta compreendermos que a realidade urbana mudou, e que não vivemos mais na cidade de nossos pais.

Das aldeias para as vilas

Índios perdem suas terras e são empurrados para uma outra realidade social

reportagem e foto Leonardo Lara

A transformação da sociedade indígena está diretamente relacionada à destruição das áreas nativas. No Rio Grande do Sul, as matas, que cobriam quase a metade do Estado, hoje estão reduzidas a menos de 5% do território gaúcho. Assim, as comunidades indígenas viraram vilas e a subsistência destes povos foi comprometida.

A cada década piora a realidade do índio no país, e o acesso à terra é cada vez mais difícil. O índio Ari Ribeiro, de 40 anos, relembra da infância, quando morava em uma aldeia indígena de Nonoai, no Norte do Estado. "Lá onde meu avô morava existia abundância, frutas, caças. Meus irmãos mais velhos eram acostumados a comer carne, não essa de açougue, mas de pássaros. As frutas, por exemplo, bergamota e laranja, eram muito abundantes."

Ari Ribeiro vive desde 1998 na reserva indígena da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Ele veio para a Capital em busca de melhores condições de trabalho e, ao lado da esposa, vende artesanato no centro da cidade. Nas reservas de Porto Alegre e Região Metropolitana, as condições em que os índios vivem são precárias. As casas são, em sua maioria, de chão batido.



O cacique Darci Fortes mora atualmente em São Leopoldo, no Vale dos Sinos, para onde se mudou depois de grileiros invadirem a terra que ele considerava sua. "Quando eu tinha sete anos, minha vida era muito melhor. Mas minha reserva foi invadida, destruíram as coisas que eu tinha para viver: peixe, caça, pinhão e mel. O índio não é agricultor, é da mata, ele vive só de coisas naturais."

Em toda o território brasileiro, grupos indígenas viviam principalmente da caça e das frutas, sendo poucos os que se dedicavam à agricultura, devido à caracterís-

tica nômade destes povos. Com o início das grandes navegações, passaram a negociar com os europeus, participando, principalmente, da extração do pau-brasil, além de serem incumbidos, pelos portugueses, de proteger as costas da ameaça de contrabandistas franceses e holandeses. O que, a princípio, era uma relação amistosa, revelou-se cruel quando do início da colonização portuguesa e da ocupação do Brasil.

Conforme o antropólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Otávio Catafesto de Souza, o padrão de vida dos índios é completamente diferente do da sociedade atual. "O nosso estado hoje não dispõe dos recursos necessários para que o modo de vida indígena se reproduza na sua integralidade. Os espaços territoriais foram praticamente todos perdidos, as condições ambientais degradadas pela urbanização. Então, você vê surpreendentemente as populações indígenas continuarem sobrevivendo diante de tantas adversidades."

No Morro do Osso, zona sul de Porto Alegre, vivem atualmente

dezenas de indígenas. A área faz parte de uma reserva natural e é reivindicada pelo grupo. No local, não há água nem esgoto encanado, e a energia elétrica foi obtida através de ligações clandestinas. Os índios sobrevivem vendendo artesanatos, que passam horas preparando. Lurdes da Silva é a líder espiritual do grupo de caingangs do Morro do Osso. Ela tem 63 anos e, há oito, se transferiu de São Valentim para Porto Alegre em busca de melhores condições de vida. Mesmo sem acesso à terra, Lurdes faz questão de manter as tradições indígenas: ela é a curandeira do grupo. "Eu ponho uma folha e faço massagem nele. Eu faço consulta no meu pensamento e no da pessoa, onde tá a doença. Aí eu aplico remédio sobre aquela doença e ela fica curada."

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) estima que há entre 100 e 190 mil índios vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. A falta de acesso à terra expulsa os indígenas para as cidades, onde têm condições precárias de vida, e é responsável pela transformação de sua cultura.

Aproximadamente 27 mil índios vivem atualmente no Rio Grande do Sul, sendo 25 mil caingangs e dois mil e 500 guaranis, segundo o Conselho Indigenista Missionário da Região Sul do País, órgão ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

No Brasil, a Fundação Nacional do Índio calcula que existem cerca de 345 mil índios distribuídos entre 215 sociedades indígenas, o que corresponde a apenas 0,2% da população brasileira.

A elite que se apropria da terra alheia

reportagem Luiz Ricardo Linch

Caso do maior quilombo urbano do Brasil mostra que invasão não é só coisa de MST

foto: Pablo Costa

Três Figueiras é o nome de um bairro nobre localizado na zona leste de Porto Alegre, entre as avenidas Carlos Gomes e Nilo Peçanha. Com mais de quatro mil habitantes, seus proprietários têm renda per capita mensal de 37 salários mínimos. O metro quadrado dessa área é também o mais valorizado nas imobiliárias; adquirir um terreno no local é negócio para poucos. No centro desse espaço aristocrático, cercado por muros gigantescos – verdadeiros bunkers – e condomínios de luxo, existe algo difícil de acreditar: um pequeno sítio rústico e bastante pobre, um quilombo.

Nesses 4.700 m² de área, quase meio hectare, resiste o Quilombo da Família Silva, o maior do Brasil numa área urbana. A explicação para tal fenômeno é simples: a área é remanescente da antiga Colônia Africana, um grande bairro negro que foi reduto de escravos libertos. A urbanização veio depois, transformando mata fechada e campos agrícolas na atual estrutura de asfalto e concreto. A partir da década de 40, a especulação imobiliária e o processo de modernização da cidade empurraram a população que não se encaixava nos novos padrões para as periferias.

Uma fazenda de São Francisco de Paula é a origem dos escravos libertos dos quais os Silva descendem. A matriarca, filha de uma escrava, gerou sete irmãos cujas famílias ocupam hoje o quilombo, reunindo 60 pessoas no total. A posse da área foi delegada aos atuais moradores por um testamento, documento que foi totalmente ignorado pela Justiça quando concedeu as escrituras dos terrenos a



quem pagou mais. A posse da terra já foi alegada em juízo várias vezes pelos “proprietários”; desde o final dos anos 60 os Silva brigam para poder continuar morando em suas casas.

Angústia marcou ação de despejo

A última e mais séria tentativa de expulsar os quilombolas aconteceu no dia dois de junho de 2005. O juiz Luís Gustavo Pedrosa Lacerda, da 13ª Vara Cível do Fórum de Porto Alegre, determinou o despejo dos Silva atendendo ao pedido do suposto proprietário Emílio Rothfuchs Neto. Nesse mesmo dia, um oficial de Justiça levou a ordem de desocupação aos moradores do quilombo que, além do susto, sofreram o constrangimento de terem suas casas revistadas. Policiais militares acompanharam a ação para garantir que a lei fosse cumprida na marra.

Apesar de estarem em nítida desvantagem, os quilombolas

ofereceram resistência. Galhos de árvore, nos quais foi ateadado fogo, obstruíram as entradas do sítio para impedir o acesso da polícia.

Os moradores tiveram auxílio de pessoas de fora para se defender. A vice-presidente da Associação do Quilombo, Rita de Cássia, conta que alguns integrantes do MST ofereceram-se a “ir pro pau” caso necessário. O Movimento Negro e ONG’s de defesa às classes minoritárias também ajudaram a engrossar a barreira contra o despejo.

Rita conta que, durante o confronto, um brigadiano chegou a puxar o revólver e apontar em direção ao seu sobrinho adolescente, que levantou as mãos. Um princípio de pânico tomou conta dos moradores; as mulheres correram com as crianças para dentro das casas temendo balas perdidas. O deputado estadual Edson Portilho, que estava no local tentando negociar a favor dos quilombolas, se interpôs e gritou:

“Não, não vai ter sangue aqui!” O pior foi evitado.

“Foram 15 dias de angústia”, desabafa Rita, “cheguei a encaixotar todas as minhas coisas”. De lá, só haveria uma opção aos descendentes de escravos: levar suas famílias para morarem nas ruas. Contudo, o laudo antropológico obtido na Fundação Cultural Palmares em 2003 livrou os Silva do mesmo destino de grande parte dos excluídos. Com a intervenção de políticos como o senador Paulo Paim, a herança cultural dos descendentes de escravos foi reconhecida.

A regularização da posse do quilombo pelos Silva já passou por todos os processos legais, garante Henrique Lima, assistente técnico do INCRA. Atualmente está sendo realizada a desintrusão (invalidação das escrituras com pagamento de indenizações) dos que se alegavam donos de terrenos no quilombo. A entrega da titulação da terra em nome da Associação

dos Moradores é aguardada com ansiedade para o próximo dia 20 de novembro, durante a semana da consciência negra.

Grande parte já foi perdida

Demarcado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) após a visita do ex-ministro Miguel Rosseto, o atual espaço do quilombo perdeu muito da sua dimensão original de três hectares. Antes da situação dos quilombolas ser reconhecida, empresas construtoras chegavam, colocavam suas placas de marcação sem consultar nenhum morador e começavam as obras. “Na hora, ficávamos com tanta raiva que nem falávamos nada, deixávamos de sondar quem era o responsável pelos trabalhos”, lembram Rita e seu cunhado, Lori Valdir da Silva.

Sem condições de entender o conteúdo dos documentos e liminares apresentados, os quilombolas ficavam sem argumentos, incapazes de impedir o avanço das máquinas sobre as suas casas e plantações. A ladainha para tentar dissuadir os protestos, segundo Rita, era sempre a mesma: “Vai ser melhor pra vocês, somos todos iguais”. Até o momento da entrevista para esta matéria, nenhum dos vizinhos ricos dos quilombolas os havia convidado nem para um almoço de domingo em suas casas de luxo.

Imobiliárias também apresentaram pessoas interessadas em abocanhar um quinhão. Em 2004, a proposta era pagar a cada família R\$ 4 mil ou 2 terrenos na Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre. Para se ter uma noção do absurdo da oferta, a área

de propriedade dos Silva está avaliada em R\$ 50 milhões. Uma vidente e mãe-de-santo, pra conseguir um pedaço da terra do quilombo, chegou a ameaçar a cunhada de Rita, deixando-a com muito medo de que fizessem “bатуque” contra ela. Integrantes de ONG’s e do Movimento Negro abriram os olhos dos quilombolas. “Não víamos maldade nas pessoas”, lamenta Valdir.

Não confiar demais nas pessoas foi uma lição aprendida na pele. Em 2002, Alceu Rosa, dono de uma cooperativa, apresentou-se no quilombo dos Silva como um “amigo”, querendo ajudar. Homem negro e culto, seduziu os moradores com seu discurso de fraternidade. “Ele dizia que estávamos pisando no petróleo; a gente só ria, porque não entendíamos”, lembra Rita. Usando da simpatia conquistada, Alceu conseguiu que Ângela Maria, uma dos sete irmãos, assinasse uma procuração para ele. O empresário passou o terreno dela para seu nome e construiu um condomínio, enriquecendo e nunca mais dando as caras por lá.

As tentativas de tomar o que resta da terra dos quilombolas são diárias. Durante a nossa entrevista, Lori Valdir, que havia se afastado para verificar as obras do terreno abaixo, voltou correndo e gritando: “Rita, a máquina avançou sobre a nossa demarcação de novo!” A pá de uma retroescavadeira retira facilmente 1 m3 de terra de um só golpe; multiplicando pelas vezes em que ocorrem essas “falhas”, imagina-se o tamanho do desfalque que os descendentes de escravos ainda recebem. “Se não viemos cuidar,

eles invadem”, reclama Valdir. Sua cunhada completa: “A ambição comanda tudo aqui”.

Qualidade de vida precária

Enquanto não recebem a titulação definitiva, os Silva sofrem também com problemas estruturais em suas moradias. O fornecimento de luz é feito através de “gatos”, o programa Luz para Todos não chegou ao Quilombo. No início deste ano, o DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) acabou deixando os moradores quase sem água, ao mexer nos canos para a construção de um condomínio vizinho. Os órgãos se recusam a resolver a situação, empurrando os problemas enquanto não têm certeza da permanência das famílias. As condições de higiene também são inadequadas; só recentemente a Fundação Nacional de Saúde ordenou a construção de banheiros coletivos separados das casas. Ironicamente, os operários dessa obra descobriram como é duro tomar banhos frios, algo que é rotina para os quilombolas.

A situação difícil tem melhorado aos poucos com o fortalecimento da Associação de Moradores, que dá voz aos problemas do Quilombo dos Silva. Rita faz uma comparação com a vida no início e sua visão de agora: “A gente vivia acuado, com medo de falar. Às vezes tinha vontade de largar tudo e ir embora. Mas já engoli tanto sapo e agora que está tão perto não vou desistir. Eu penso nos meus filhos. Meu filho pequeno já se identifica com a cultura do Quilombo, canta as músicas dos nossos antepassados. Falo pra ele ter orgulho da nossa história”.



foto: Cristiane Pleisch



A Arte que Brota da Terra

reportagem Danielle Salmória

Leonardo Melgarejo é agrônomo por profissão e fotógrafo por paixão.

Colaborador da revista *Sem Terra* e dos jornais *Sem Terra* e *Brasil de Fato*, sua lente tem um foco especial para movimentos sociais. Como funcionário do Incra, Melgarejo viaja a trabalho por diversos assentamentos e aproveita para colecionar registros e histórias.

Nesta entrevista, ele fala sobre a fotografia, o meio agrário e a descoberta que fez em sua última viagem à região do Inhamuns, Ceará: grupos de reizado, música, teatro fortemente organizados nos assentamentos, estabelecendo uma ligação cultural na comunidade, aproximando crianças e anciãos.

3x4 - O que veio primeiro, o envolvimento com os movimentos sociais ou com a foto?

Leonardo Malgarejo - Comecei a fotografar quando criança. Ganhei uma máquina pelos 11 anos e tenho agora 52, então faz tempo. No início, eu era o fotógrafo da família, o que fotografa a festa de Natal, o aniversário. E fui aprendendo a contar histórias com a fotografia, alguns grandes planos e muitos closes, assim como revista em quadrinhos. Me tornei fotógrafo mesmo quando me aproximei dos movimentos sociais, na medida em que os registros passaram a ter mais significado do que uma lembrança familiar. Esta aproximação definiu que o brinco da fotografia se tornasse coisa séria para mim. Isso aconteceu nos anos 90, quando eu trabalhava na tese de doutorado, um

trabalho acadêmico aplicado aos assentamentos no RS.

3x4 - Por que fotografar sem-terras?

Me aproximei da reforma agrária como objeto de estudo. E acabei interagindo com pessoas que me qualificaram como cidadão. Incorporei a percepção de que a organização e a colaboração permitem a transformação da sociedade. Cheguei lá para acompanhar pessoas totalmente despossuídas, alijadas de tudo. E que, nos acampamentos, se organizam. E desta organização surgem escolas, as pessoas recuperam a auto-estima, passam a se ver com possibilidade de se inserir na sociedade. Mas esta inserção passa pela contribuição econômica que, neste caso, exige a obtenção da terra. Acompanhei

parte desse processo e percebi que uma maneira de contribuir seria registrando essa passagem, de cidadão excluído a agricultor assentado, o processo de desenvolvimento social que a reforma agrária permite. Pois esta história é antiga e está viva, mas a gente não vê na televisão, não encontra nos jornais.

3x4 - Que experiência mais te marcou nestes anos?

O mais marcante foi a marcha a São Gabriel. Os sem-terra indo em direção a fazenda Sohtal, que foi desapropriada no governo Olívio e cuja desapropriação retroagiu por um erro burocrático. Uma marcha onde os acampados eram ameaçados em todo o trajeto. Surgiram panfletos dizendo para as pessoas dispararem de dentro dos carros em direção as barracas, para enve-

nenarem a água que eles iam beber, para jogarem gasolina e herbicida de avião por cima dos acampamentos. Esta trajetória de 400km foi o que mais me marcou, talvez por ter acontecido aqui perto. O que se passa no resto do Brasil não há de ser menor, em termos de história e desafios contemporâneos.

3x4 - Há experiências na área cultural dentro dos acampamentos e assentamentos do RS?

Os grupos organizados trabalham muito com o imaginário e com a emoção das pessoas, no sentido de fortalecer o grupo, de unificar. Este é o gancho que as pessoas chamam de "a mística". As místicas estão presentes na abertura de cada reunião de trabalho. É uma espécie de micropeça de teatro com cinco, dez minutos, onde o tema que vai ser tratado na reunião é encenado em linguagem popular, com destaque para os principais símbolos e valores envolvidos. Esta encenação é parte do trabalho corriqueiro dos assentados e acampados.

3x4 - Nesta viagem ao Ceará, você esperava encontrar atividades artísticas nos assentamentos?

Nunca tinha visto algo como vi no Nordeste. Talvez porque aqui no RS o sem-terra não costuma ser assentado no lugar onde está a história da sua família. As pessoas vêm do Norte do Estado, onde há mão de obra excedente, e são assentadas na metade empobrecida, na região Sul. Isso cria dificuldades de se enraizar. Já no Nordeste do Brasil, quando uma fazenda é desapropriada, são alocadas pessoas que viviam gravitando em torno dela. Em Cachoeira do Fogo estava sendo encenada a vinda dos reis magos à Terra, e uma secretária de Cultura

perguntou há quanto tempo eles faziam aquilo. A promotora cultural do assentamento disse: "há uns cem anos". As pessoas mais velhas ali eram netas de pessoas que também tinham atuado neste tema. Os grandes ídolos das crianças são os velhos, que galvanizam a atenção de todos. Isso me fez entender a expressão "os mestres", porque os mestres que vi, lá no Ceará, eram de fato exemplos de vida, escutados com respeito.

3x4 - Como foi a experiência na Fazenda Santana?

Particpei da festa de 19 anos deste assentamento, no interior do Ceará. Uma grande propriedade hoje trabalhada coletivamente por pessoas que há 20 anos eram sem-terras. Um bom relato é o de uma senhora que me convidou para tomar café e contou sua história. Quando ela veio para a fazenda, com 10 filhos, o bispo [Dom Frágoso] lhe dizia que a vontade de Deus é que todos tenham sua terra prometida, onde corre o leite e o mel, e que todos partilhem o que tem, mesmo que seja pouco. E ela concluiu "veja meu filho, o bispo tinha razão, esta é a Terra Prometida, aqui corre o leite e o mel e nós partilhamos tudo". De fato, a produção de leite de cabra e de mel são a fonte de renda do assentamento. E a festa foi de partilha. Foi posta uma grande mesa, fruto da produção deles sendo oferecido para todos, na idéia de que o ganho está na doação.

3x4 - Qual a importância das expressões artísticas para os sem-terras?

É muito importante. O caminho da arte e da cultura nos assentamentos pode permitir que a sociedade entenda a importância deste processo de organização e o

fotos: Leonardo Malgarejo



quanto ele pode contribuir para todos. Imagine 300 pessoas formando um círculo em volta de um grupo que atua como num teatro de arena, que não tem frente, nem palco. Um grupo que fala sem microfones, recitando, o que exige um silêncio absoluto, um silêncio difícil de obter aqui no Theatro São Pedro. Lá eu vi isso.

3x4 - Como você vê a atuação da grande mídia na cobertura da reforma agrária?

Há uma pauta editorial para os grandes veículos. O que gera recursos a longo prazo tem menos valor do que a multiplicação rápida do dinheiro. A fazenda Guerra

ocupa quase 30% de Coqueiros do Sul, e os proprietários não moram lá, não investem na cidade. Se ela fosse desapropriada, talvez 500 famílias fossem assentadas. Imagine 500 casas sendo construídas, 500 famílias num lugar comprovadamente improdutivo. Isso implica em maior retorno de ICM, maior produção, é do interesse de todos. E a grande mídia tratou a ocupação somente como algo que contrariava os direitos do proprietário. Uma visão compreensível, mas que se choca com o bem comum. Esta mídia não vem prestando o serviço que poderia prestar, de esclarecimento a sociedade, em temas como este.



SABi



UFRGS 05825831